

NOTA DE ENVIO

de: Secretariado

para: Convenção

Assunto: **Ficha de análise das propostas de alterações relativas ao espaço de liberdade,
de segurança e de justiça:**
Projecto de artigo 31.º (Parte I) e projecto de artigos da Parte II

Envia-se em anexo, à atenção dos membros da Convenção, a ficha de análise das propostas de alterações relativas ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça: Projecto de artigo 31.º (Parte I) e projecto de artigos da Parte II.

FICHA DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES RELATIVAS
AO ESPAÇO DE LIBERDADE, DE SEGURANÇA E DE JUSTIÇA
PROJECTO DE ARTIGO 31.º, PARTE I
E PROJECTO DE ARTIGOS DA PARTE II

I. ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES – RESUMO

A proposta apresentada à Convenção pelo Praesidium baseia-se em larga medida no relatório final do Grupo de Trabalho X (CONV 426/02), de 2 de Dezembro de 2002. A proposta contém um projecto de artigo 31.º (Parte I da Constituição), bem como artigos da Parte II da Constituição.

Os Convencionais apresentaram 733 alterações. Indicam-se a seguir algumas tendências que essas alterações revelam.

Relativamente ao artigo 31.º da Parte I, muitos dos Convencionais pretendem vê-lo suprimido, enquanto outros sugeriram algumas alterações com o objectivo de manter a unidade desse artigo, que abrange diferentes domínios de acção do espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

Algumas das disposições da Parte II aplicam-se à totalidade deste domínio, tendo, por isso mesmo, efeitos horizontais. No que diz respeito ao papel do Conselho Europeu, muitos dos Convencionais consideram que, independentemente do conteúdo desta disposição, é preferível que seja inserida na disposição, mais genérica, constante da Parte I. Seguiu-se por vezes a mesma abordagem relativamente à disposição referente aos parlamentos nacionais, para justificar a sua inserção no protocolo relativo à subsidiariedade.

Quanto ao mecanismo de avaliação, não foi maioritariamente posto em questão o princípio da sua criação, embora pudessem ser analisadas algumas das alterações sugeridas.

Foram apresentadas algumas alterações relativamente ao papel do comité da cooperação operacional, com o objectivo de tornar mais visível a sua estrutura e funções. Vários Convencionais desejariam que este comité abrangesse também a problemática das fronteiras externas.

O direito de iniciativa dos Estados-Membros nos domínios da cooperação judiciária em matéria

penal e da cooperação policial foi posto em causa por alguns membros da Convenção, tendo sido feitas sugestões, por vezes de sentido oposto. Foi avançada a ideia de a Comissão poder manter o monopólio em matéria de iniciativa, devendo porém actuar ou por iniciativa própria ou a pedido dos Estados-Membros.

Quanto ao controlo jurisdicional, os Convencionais parecem divididos entre manter uma cláusula que exclua a competência do Tribunal de Justiça em matéria de acções de manutenção da ordem pública, precisando que estas são da competência do direito nacional, ou prever a aplicação do regime geral de competência do Tribunal inclusive neste domínio.

No que se refere às disposições relativas ao controlo de pessoas nas fronteiras, ao asilo e à imigração, há várias alterações cujo objectivo é substituir o processo legislativo por um acto do Conselho, deliberando por unanimidade. Salientou-se a necessidade de criar uma guarda de fronteiras comum. Em matéria de asilo, alguns preferem limitar a acção da União a regras mínimas. Em matéria de imigração, foram apresentados pedidos no sentido de se excluir o acesso ao mercado de trabalho, enquanto outros pretendem consagrar esse direito.

Relativamente a todo o domínio da cooperação judiciária em matéria civil e em matéria penal, em geral, e da cooperação policial, vários Convencionais pretendem que a regra da unanimidade seja aplicável a todas estas disposições. Outros, conscientes de que nelas se integram já os compromissos alcançados no Grupo de Trabalho X, pretendem reforçá-las de alguma forma, nomeadamente alargando o respectivo âmbito de aplicação. Em especial, enquanto que alguns desejam suprimir a disposição relativa ao direito penal substantivo, outros desejam reforçá-la, prevendo nomeadamente outros domínios de criminalidade.

No domínio do processo penal, alguns insistiram na ideia de só poderem ser adoptadas regras mínimas ("minimum standards") quando existam implicações transfronteiras.

No que diz respeito à Eurojust e à Procuradoria Europeia, alguns dos Convencionais preferem manter a – recentemente criada – Eurojust em funcionamento, preconizando a sua evolução no sentido da Procuradoria Europeia apenas dentro de alguns anos. Outros consideram necessário que a Procuradoria Europeia possa ser criada [ou seja criada] no Tratado. Alguns estão dispostos a fazê-lo pela via do processo legislativo, por maioria qualificada, mas a maioria parece preconizar o processo de decisão pelo Conselho, por unanimidade, mediante parecer favorável do Parlamento Europeu.

II. ANÁLISE PORMENORIZADA DAS ALTERAÇÕES POR ARTIGO

Artigo 31.º : Implementação do espaço de liberdade, de segurança e de justiça

1. *A União assegura um espaço de liberdade, de segurança e de justiça:*
 - *através da adopção de leis e leis-quadro destinadas, nomeadamente, a aproximar as legislações nacionais nos domínios enumerados na segunda parte da Constituição;*
 - *promovendo a confiança mútua entre as autoridades competentes dos Estados-Membros, em especial com base no reconhecimento mútuo das decisões judiciais e extrajudiciais;*
 - *através da cooperação operacional de todas as autoridades competentes dos Estados-Membros em matéria de segurança interna.*
2. *No âmbito do espaço de liberdade, de segurança e de justiça, os parlamentos nacionais podem participar nos mecanismos de avaliação previstos no artigo [4.º, Parte II] da Constituição e são associados ao controlo político das actividades da Europol, em conformidade com o artigo [22.º, Parte II] da Constituição.*
3. *No domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal, os Estados-Membros dispõem de um direito de iniciativa, de acordo com as modalidades previstas no artigo [8.º, Parte II] da Constituição.*

ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES POR NÚMERO

Generalidades

- Numerosos membros da Convenção propõem a supressão deste artigo, considerando que ela decorre da supressão dos Pilares, pelo que não é necessário indicar processos específicos na Parte I. Alguns precisam que o conteúdo deste artigo não diz respeito aos instrumentos, mas sim aos objectivos (artigo 3.º) e às competências da União (já constantes do artigo 12.º).

Fischer (alt.1)+ Voggenhuber + 3 Convencionais (alt.2) + Wittbrodt +1 Convencional (alt.3) + Brok + 31 Convencionais (alt.4) + Duhamel + 10 Convencionais (alt.5) + Michel + Convencionais (alt.6) + Duff + 20 Convencionais (alt.7) + Kaufmann (alt.8) + Andriukaitis + 5 Convencionais (alt.9).

N.º 1

- Alguns Convencionais pedem a inserção das diferentes tradições e sistemas jurídicos neste artigo;
Santer + 2 Convencionais (alt.10).

- Alguns Convencionais propõem que se especifique que a União assegura um espaço de liberdade, de segurança e de justiça "sem prejuízo das responsabilidades que incumbem aos Estados-Membros em matéria de manutenção da ordem pública e de salvaguarda da respectiva segurança pública",
de Villepin (alt.13) + Lennmarker (alt. 35), que pretendem que esta ideia seja referida num número separado), ou

"de acordo com as normas constitucionais dos Estados-Membros";
Fini (alt.15).

- Alguns Convencionais preferem suprimir a referência à "harmonização das legislações nacionais" *Kvist (alt.22) ; Hjelm– Wallen e Lekberg (alt.24)*;

Outro especifica que só deveria haver harmonização nos casos em que tal se afigure adequado;
Hain (alt.25) ; Roche (alt.14);

Um dos Convencionais deseja acrescentar as "recomendações" às leis e leis-quadro;
(Conde de Stockton – alt.20)

e certos outros acrescentam as "leis regionais"
Chabert + 4 Convencionais (alt.28).

- Um dos Convencionais pretende que a estrutura em pilares seja mantida neste sector e que a cooperação apenas se processe por meio de leis e recomendações quando tal seja absolutamente necessário;
Kirkhope (alt.11).
- Três Convencionais propõem alargar a cooperação operacional à imigração ilegal e à gestão das fronteiras externas;
Santer + 2 Convencionais (alt.12) ;
- Alguns propõem que a cooperação operacional abranja todas as autoridades nacionais competentes em matéria de manutenção da ordem e de aplicação da lei ("law enforcement") (*de Vries (alt.18) ; Hain (alt.25)*).
- Um dos membros solicita que o processo legislativo seja explicitamente referido *Borrel (alt.31)*.

N.º 2

- Alguns Convencionais (para além daqueles que solicitam a supressão de todo o artigo) pedem também a supressão deste número.
Borrell e Carnero (alt.31)+ Hübner (alt.29) + de Vries e de Bruijn (alt.18) + Kohout (alt.10)
- Outros pretendem alargar o papel dos parlamentos nacionais, sem o limitar ao controlo e à avaliação da Europol. Para o efeito, acrescentam o termo "nomeadamente";
Costa e Oliveira Martins (alt.33) ; Haenel + 2 Convencionais (alt.32) ; Roche (alt.14).
- Outros acrescentam o controlo da Eurojust pelos parlamentos nacionais;
Fini (alt.1) ; Farnleitner (alt.19) e a Procuradoria Europeia, Teufel (alt.30);

- Alguns Convencionais acrescentam os "Parlamentos regionais" aos parlamentos nacionais, *Chabert + 4 Convencionais (alt.28)*.

N.º 3

- Alguns Convencionais pretendem que este número seja suprimido; *Svensson (alt.34) ; Lennmarker (alt.35) ; van der Linden + 3 Convencionais (alt.36)*.
- Outros pretendem que o direito de iniciativa dos Estados-Membros não se aplique unicamente à cooperação policial e judiciária em matéria penal, mas também à cooperação aduaneira; *de Villepin (alt.13) ; Hjelm– Wallén (alt.24)*

ou aos controlos das fronteiras, ao asilo e à imigração;
Farnleitner (alt.19).

Outras alterações

- Um dos Convencionais pretende aditar um novo número em que se especifique que qualquer proposta de acto que tenha implicações a nível da realização do espaço de liberdade, de segurança e de justiça deve analisada pelas instâncias do Conselho competentes para aplicar o artigo 31.º
de Villepin (alt.3).
- Um outro Convencional pretende precisar, num número separado, que a instauração de processos, o julgamento e a aplicação de sanções a autores de crimes é matéria da exclusiva competência dos Estados-Membros;
Roche (alt.14).

Parte II da Constituição

Título ... : Espaço de liberdade, de segurança e de justiça

Artigo 1.º Definição do espaço

A União constitui um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, na observância dos direitos fundamentais e tendo em conta as diferentes tradições e sistemas jurídicos europeus.

A União assegurará a ausência de controlos de pessoas nas fronteiras internas e desenvolverá uma política comum em matéria de asilo, de imigração e de controlo das fronteiras externas, baseada na solidariedade entre Estados-Membros e equitativa em relação aos nacionais de países terceiros.

A União garantirá um elevado nível de segurança através de medidas de prevenção e de luta contra a criminalidade, de coordenação e cooperação entre autoridades policiais e judiciais penais e outras autoridades competentes, bem como através do reconhecimento mútuo das decisões judiciais em matéria penal e da aproximação das legislações penais.

A União facilitará o acesso à justiça, nomeadamente através da livre circulação dos actos e das sentenças em matéria civil, com base no princípio do reconhecimento mútuo.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Não há praticamente alterações que pretendam a supressão deste artigo. O conteúdo de algumas delas é idêntico ao das alterações apresentadas relativamente ao artigo 31.º da Parte I.
- Um Convencional pretende restabelecer um "pilar" para este sector *Kikhope (alt.1.)*
- Um Convencional pretende que se especifique que a União assegura a ausência de controlo das pessoas nas fronteiras internas, excepto nos casos expressamente previstos na legislação da União
Fini (alt.46)
- Alguns Convencionais pretendem uma referência explícita à Carta dos Direitos Fundamentais no trecho em que o artigo indica que o espaço de liberdade, de segurança e de justiça observa esses direitos fundamentais;
Duhamel + 10 Convencionais (alt. 4) ; Michel + 5 Convencionais (alt. 6)
- Outros pretendem que seja feita neste contexto uma referência ao Estado de direito (*Farnleitner alt. 11*) ou aos princípios nacionais de direito constitucional (*Muscardini –alt.9*)
- Vários Convencionais acrescentam a prevenção e a luta contra o racismo e a xenofobia;
De Rossa (alt. 18), Carey (alt.19); Gabaglio (alt.20) ; Dybkjaer (alt.17) ; Duhamel + 10 Convencionais (alt.4) ; Voggenhubber + 1 Convencional (alt.5), Michel + 5 Convencionais (alt.6)

- Alguns Convencionais pretendem aditar os termos "burden sharing" depois de "solidariedade"; *Figel + 3 Convencionais (alt.21) ; Rupel + 1 Convencional (alt. 22)*
- Alguns Convencionais pretendem esclarecer que a acção da União visa a criminalidade "transfronteiras"; *Azevedo + 1 Convencional (alt.27) ; Hain (alt. 28) ; Haenel (alt. 29) ; van der Linden + 3 Convencionais (alt. 13)*
- Relativamente ao acesso à justiça, alguns Convencionais pretendem substituir o verbo: "a União garantirá" em vez de "a União facilitará"; *De Villepin (alt.8) ; Haenel + 1 Convencional (alt.29)*
Outros aditam o termo "efectiva"; *Borrell + 1 Convencional (alt.33) ;*
ou referem-se à qualidade da administração da justiça; *Costa + 1 Convencional (alt.31) ;*
ou à eficácia dos processos; *de Villepin (alt.8)*
- Alguns Convencionais pretendem substituir o conceito de "acesso à justiça" pelo da cooperação judiciária em matéria civil e pela harmonização do direito civil, nomeadamente através da livre circulação dos actos e das sentenças em matéria civil; *Fischer (alt. 32); Kaufmann (alt.3)*
- Neste contexto, uma Convencional indica que o princípio do reconhecimento mútuo decorre de acordos bilaterais ou multilaterais entre Estados-Membros; *Muscardini (alt.8)*
- Aditamento da protecção civil
Tiilikainen + 2 Convencionais (que propõem uma nova disposição para este efeito)

Artigo X.º Papel do Conselho Europeu

"O Conselho Europeu define as orientações da acção legislativa e operacional no espaço de liberdade, de segurança e de justiça."

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Supressão de todo o artigo, por se considerar que é inútil ou que deveria figurar no artigo ainda a elaborar sobre o Conselho Europeu (artigo 15.º do anteprojecto):
Brok + 32 Convencionais (alt. 4) + de Vries + de Bruijn (alt. 5) + Duff + 20 Convencionais (alt. 6) + Duhamel + 10 Convencionais (alt. 7) Farnleitner (alt. 8) + Fischer (alt. 9) + Hübner (alt. 11) + Meyer (alt. 14) + Michel + 4 (alt.15) + Roche (alt. 18) + Santer + 2 Convencionais (alt. 19) + Tiilikainen + 5 Convencionais (alt. 20) + Vassiliou (alt. 21) + Voggenhuber + 4 Convencionais (alt. 22)
- Apoio explícito à manutenção do artigo relativo ao Conselho Europeu:
Hain + Tomlinson (alt. 10)
- Aditamento de um novo número em que se esclareça melhor o papel e as funções do Conselho Europeu e se indique, por exemplo que "o Conselho Europeu, após consulta ao PE e aos parlamentos nacionais, estabelecerá um programa estratégico plurianual que defina o quadro geral de acção da União no que diz respeito ao programa legislativo e à cooperação operacional":
Azevedo + Nazaré Pereira (alt. 2)
- Acrescentar o Parlamento Europeu e colocá-lo ao mesmo nível que o Conselho Europeu ou prever que o PE emita um parecer prévio:
Borrell + Lopez-Garrido (alt. 3) + Kaufmann (alt. 12) + Muscardini (alt. 16) + Earl of Stockton (alt. 23)
- Prever que o Parlamento Europeu e o Conselho adoptem, de acordo com o processo legislativo, um programa-quadro plurianual:
Paciotti (alt. 17)

Artigo 3.º Papel dos parlamentos nacionais

- 1) *Os parlamentos nacionais podem participar nos mecanismos de avaliação que constam do artigo 4.º da Constituição e são associados ao controlo político das actividades da Europol em conformidade com o artigo 22.º da Constituição.*
- 2) *[Em derrogação das disposições previstas no Protocolo relativo à Observância da Aplicação dos Princípios da Subsidiariedade e da Proporcionalidade, no caso de, pelo menos, um quarto dos parlamentos nacionais emitir parecer fundamentado sobre o facto de uma proposta da Comissão – apresentada no âmbito dos Capítulos 3 e 4 do presente título – não respeitar o princípio da subsidiariedade, esta deve voltar a analisar a sua proposta. Reanalisada a proposta, a Comissão pode decidir mantê-la, alterá-la ou retirá-la, fundamentando a sua decisão. A presente disposição aplica-se também às iniciativas que emanem de um grupo de Estados-Membros em conformidade com o disposto no artigo 8.º do presente título.]*¹

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Vários Convencionais propõem que as disposições previstas no artigo 3.º sejam introduzidas nos Protocolos relativos aos parlamentos nacionais e à aplicação dos princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade e contestam por vezes a sua utilidade.
Andriukaitis + 4 Convencionais (alt. 1) + Duff + 20 Convencionais (alt. 8) + Duhamel + Convencionais (alt. 9) + Farnleitner (am11) + Fischer (alt. 13) + Vastagh (alt. 34) + Villepin (alt. 35)
- Indicar que os parlamentos nacionais "participam" nos mecanismos de avaliação e não que "podem participar" ²:
Azevedo + Nazaré Pereira (alt. 2) + Figel + Belohorska + Migas (alt. 12) + Haenel + 2 Convencionais (alt. 15)
- Supressão das disposições que prevêm a participação dos parlamentos nacionais nos mecanismos de avaliação:
de Vries + de Bruijn (alt. 7):
- Reforçar o papel dos parlamentos nacionais, autorizando, nomeadamente, a sua consulta no momento em que o Conselho Europeu determina as orientações estratégicas no espaço de liberdade, de segurança e de justiça, ou criando uma comissão mista que congregue comissões competentes do PE e dos parlamentos nacionais, encarregadas da fiscalização da Europol, ou ainda reforçando o carácter derogatório relativamente ao processo previsto no Protocolo relativo à aplicação dos princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade:

¹ Numa futura versão do projecto de Constituição, esta disposição deverá ser transferida para o Protocolo relativo à Observância dos Princípios da Subsidiariedade e da Proporcionalidade (para o qual o Praesidium já apresentou um primeiro projecto (CONV 579/03) à Convenção, aquando da elaboração do presente documento).

² A expressão "podem participar" foi adoptada pelo Praesidium, a fim de ter em conta o facto de a Constituição não poder obrigar os parlamentos nacionais a participar, no caso de não desejarem ou não poderem fazê-lo por razões internas de ordem constitucional. Julgou-se ser necessária alguma flexibilidade.

– *Duff* + 20 *Convencionais* (alt. 8) + *Floch* (alt. 14) + *Haenel* + 2 *Convencionais* (alt. 15) + *Heathcoat-Amory* (alt. 17) + *Kirkhope* (alt. 21) + *Lequiller* (alt. 24) + *Schlüter* (alt. 30)

- Vários *Convencionais* manifestam dúvidas quanto ao interesse do mecanismo previsto no n.º 2, por não verem justificação para, no âmbito do espaço de liberdade, de segurança e de justiça, proceder a uma flexibilização do dispositivo de alerta rápido constante do Protocolo relativo à aplicação dos princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade:
Borrell + 2 *Convencionais* (alt. 3) + *Brok* + 32 *Convencionais* (alt. 4) + *Hübner* (alt. 19) + *Kaufmann* (alt. 20) + *Kohout* (alt. 22) + *Kuneva* (alt. 23) + *Meyer* (alt. 25) + *Michel* + 5 *Convencionais* (alt. 26) + *Roche* (alt. 28) + *Santer* + 3 (alt. 29) + *Teufel* (alt. 31) + *Tiilikainen* + 5 (alt. 32) + *Van der Linden* + 3 *Convencionais* (alt. 33) + *Voggenhuber* + 2 *Convencionais* (alt. 36)
- Substituição do limiar de um quarto por um quinto dos parlamentos nacionais
de Vries (alt. 7)
- Extensão dos direitos atribuídos aos parlamentos nacionais aos parlamentos regionais com competência legislativa:
Chabert (observador do CdR) + 5 observadores do CdR (alt. 5)

Artigo 4.º: Mecanismos de avaliação

Sem prejuízo dos artigos [226.º a 228.º] do presente Tratado, o Conselho pode definir modalidades através das quais os Estados-Membros, em colaboração com a Comissão, procedam a uma avaliação objectiva e imparcial da implementação, por parte das autoridades dos Estados-Membros, das políticas da União referidas no presente título. O Parlamento Europeu, tal como os parlamentos nacionais, serão informados do teor e dos resultados dessa avaliação.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Vários Convencionais pedem a supressão do artigo ou a abreviação das suas disposições (tendo alguns deles afirmado que, com a possibilidade de um controlo jurisdicional, o controlo político não se justifica):
Duff + 20 Convencionais (alt. 4) + Fischer (alt. 6) + Kaufmann (alt. 10) + Kohout (alt. 12) + Michel + 5 Convencionais (alt. 14) + Teufel (alt. 18) + Tiilikainen + 5 Convencionais (alt. 19)
- Reforço do papel do Parlamento Europeu, que, como o Conselho, pode definir as modalidades segundo as quais os Estados-Membros procedem à avaliação:
Costa + d'Oliveira Martins (alt. 3) + Duhamel + 8 Convencionais (alt. 5)
- Reforço das competências da Comissão (por exemplo "por iniciativa da Comissão"):
Hübner (alt. 9) + Timmermans + 3 Convencionais (alt. 20)
- Introduzir um nexo com o princípio do reconhecimento mútuo:
Lequiller (alt. 13) + Villepin (alt. 21)
- Recorda que a avaliação deve respeitar a independência da justiça:
Hübner (alt. 9)
- Reforço das consequências das avaliações:
Lequiller (alt. 13) + Pacioti (alt. 15)
- Extensão dos direitos de informação atribuídos aos parlamentos nacionais também aos parlamentos regionais com competência legislativa:
Chabert (observador do CdR) + 5 observadores do CdR (alt. 2)

Artigo 5.º: Cooperação operacional:

A fim de assegurar, no interior da União, a promoção e o reforço da cooperação operacional em matéria de segurança interna, pode ser instituído no Conselho um comité permanente que, sem prejuízo do artigo [207.º do TCE], assegure a coordenação da acção das autoridades competentes dos Estados-Membros, incluindo as autoridades policiais, aduaneiras e da protecção civil. Os representantes da Europol, da Eurojust e, se for caso disso, da Procuradoria Europeia podem ser associados aos trabalhos do comité. O Parlamento Europeu será informado dos trabalhos.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Supressão do artigo:
Heathcoat-Amory (alt. 14) + Kirkhope (alt. 18)
- Alargamento e reforço do papel e dos poderes do comité, por exemplo mediante o alargamento do seu campo de acção à preparação do trabalho legislativo ou prevendo que o comité assegure uma coordenação operacional "e estratégica":
de Vries + de Bruijn (alt. 6) + Fischer (alt. 10) + Hjelm-Wallen + 3 Convencionais (alt. 15) + Kuneva (alt. 19) + Michel + 5 Convencionais (alt. 22) + Santer + 2 Convencionais (alt. 26) + Svensson (alt. 28) + Tiilikainen + 4 Convencionais (alt. 31) + Villepin (alt. 33)
- O campo de acção do comité permanente de cooperação deverá também abranger explicitamente as fronteiras externas e/ou a imigração:
Fischer (alt. 10) + Cushnahan (alt. 5) + Lopes + Lobo Antunes (alt. 21) + Santer + 2 Convencionais (alt. 26) + Schlüter (alt. 27) + Vastagh (alt. 32) + Villepin (alt. 33) + Voggenhuber + 1 Convencional (alt. 34)
- Supressão do carácter permanente do comité:
de Vries (alt. 6)
- Introduzir os parlamentos nacionais que, tal como o Parlamento Europeu, deverão "ser informados dos trabalhos do comité":
Azevedo + Nazaré Pereira (alt. 1) + Duff + 20 (alt. 7) + Haenel + 2 Convencionais (alt. 12) + Queiró (alt. 23)
- Reforço do controlo exercido pelo Parlamento Europeu:
M. Borrell (alt. 3) Duff + 20 Convencionais (alt. 7)
- Reforço do papel da Comissão Europeia:
Rupel + Lenarcic (alt. 25)
- Informar regularmente o Parlamento Europeu
Paciotti + 10 Convencionais (alt. 8)
- Reformulação da redacção do artigo sem alterar o sentido:
Farnleitner (alt. 9) + Hübner (alt. 16) + Lennmarker (alt. 20) + Roche (alt. 24) + Tajani (alt. 2) + Teufel (alt. 30)

Artigo 6.º: Medidas de ordem pública e de segurança interna

"O presente título não prejudica o exercício das responsabilidades que incumbem aos Estados-Membros em matéria de manutenção da ordem pública e de garantia da sua segurança interna."

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Certos Convencionais desejam substituir a palavra "responsabilidade" por "competências dos Estados-Membros";
Borrell e 1 Convencional (alt.1)
- Certos Convencionais desejam aditar as palavras "execução da lei" (law enforcement);
De Vries + de Bruijn (alt.3)

"a organização das autoridades nacionais competentes";
Hjelm-Wallén + 3 Convencionais suecos (alt.4)
- Um Convencional deseja especificar que esta disposição não implica que os Estados-Membros não tenham de respeitar o direito da União
Kaufmann (alt.8)

ARTIGO 7.º: Cooperação administrativa

" O Conselho adoptará, por maioria qualificada, regulamentos destinados a assegurar a cooperação entre os serviços competentes das administrações dos Estados-Membros nos domínios abrangidos pelo presente título, bem como entre esses serviços e a Comissão. O Conselho delibera sob proposta da Comissão ou – nos domínios abrangidos pelos Capítulos 3 e 4 do presente título – quer sob proposta da Comissão, quer por iniciativa de um quarto dos Estados-Membros e após consulta ao Parlamento Europeu."

I. ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Suprimir o artigo
Kirkhope (alt. 3)
- Limitar o artigo ao capítulo sobre a imigração e o asilo, ou prever que o Conselho delibere por unanimidade no que respeita à cooperação judiciária e policial, ou a todo o artigo
Lopes + Lobo Antunes (alt. 8), Teufel (alt. 9), Roche (alt. 12), Heathcoat-Amory (alt. 16), de Vries + de Bruijn (alt.20), Hain + Tomlinson (alt. 23)
- Especificar que se trata de cooperação administrativa (e não operacional)
Santer + 3 (alt. 1), Tiilikainen + 5 (alt.22)
- O Conselho pode adoptar regulamentos
Kohout (alt. 2)
- Prever o processo legislativo
Kaufmann (alt.10), Voggenhuber + 2 (alt. 18)
- Prever outros instrumentos (decisões ou leis-quadro)
Michel +5 (alt. 5), Queiró (alt.13)
- Menção das autoridades regionais e locais
Chabert + 5 (alt. 14)
- Os que propõem alterações ao artigo 8.º (direito de iniciativa) fazem alterações para alinhar o artigo 7.º
(ver as alterações enumeradas no artigo 8.º).

Artigo 8.º Direito de iniciativa

"Os actos a que se referem os Capítulos 3 e 4 do presente título são adoptados:

- sob proposta da Comissão, ou***
- por iniciativa de um quarto dos Estados-Membros."***

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Alguns Convencionais solicitam a supressão desta disposição, por diferentes razões. Para alguns, porque estes domínios devem continuar a ser unicamente da responsabilidade dos Estados-Membros;
Kirkhope (alt.1) + Heathcoat-Amory (alt.3).

Para outros, porque a iniciativa deve continuar a ser monopólio da Comissão;
Michel + 5 Convencionais (alt.2) ; Voggenhubber + 2 Convencionais (alt.5) ; Wittbrodt + 1 Convencional (alt.6);
Para uma Convencional, porque o direito de iniciativa dos Estados-Membros ainda não deu provas da sua eficácia;
Kaufmann (alt. 23)
- Outros Convencionais desejam também manter o monopólio de iniciativa da Comissão, mas aceitam que esta possa apresentar uma proposta a pedido de um Estado-Membro; se a Comissão recusar esse pedido, deverá justificar a sua recusa
Costa + 1 Convencional (alt.7)
- Alguns aceitam a proposta anterior, mas sem prever a obrigação de justificação por parte da Comissão;
Duff + 19 Convencionais (alt.10) ; Rupel + 1 Convencional (alt.11)
- Outros aceitam ainda que a Comissão seja obrigada a apresentar uma proposta, a pedido não apenas de um quarto dos Estados-Membros mas também do Parlamento Europeu e do Conselho;
Duhamel + 9 Convencionais (alt.8)
- Outros aceitam a proposta anterior, mas sugerem um terço em vez de um quarto dos Estados-Membros;
Borrell + 1 Convencional (alt.9)
- Certos Convencionais aceitam a ideia de que os Estados-Membros possam apresentar uma iniciativa, mas em vez de um quarto dos Estados-Membros propõem um mínimo de três Estados-Membros;
Fischer (alt.12); de Vries + 1 Convencional (alt. 15)
- Outros Convencionais aceitam a mesma ideia, mas propõem um terço dos Estados-Membros;
van Dijk + 1 Convencional (alt. 13) ; Santer + 3 Convencionais (alt. 14);

Ou um quinto;
Figel + 3 Convencionais (alt.16)

- Um Convencional substitui o direito de iniciativa da Comissão pelo do Parlamento Europeu ;
Conde de Stockton (alt.17)

Outro Convencional acrescenta o direito de iniciativa do Parlamento Europeu ao da Comissão e de um quarto dos Estados-Membros;
Muscardini (alt.18) ;

- Um membro deseja alargar o âmbito de aplicação desta disposição também ao Capítulo 1 (Controlos nas fronteiras, asilo e imigração);
Farnleitner (alt.19) ;
- Um Convencional sugere que seja prevista uma "cláusula de caducidade" *sunset clause* para que uma iniciativa de um quarto dos Estados-Membros caduque se, passados 3 meses, não tiver sido aprovada pelo Conselho;
Hubner (alt.20);
- Um Convencional propõe que todos os actos da Parte II sejam adoptados apenas pelo Conselho mas que, nos domínios da cooperação judiciária em matéria penal e da cooperação policial, a iniciativa possa ser da Comissão ou de um quarto dos Estados-Membros ;
Queiró (alt.21) ;

Artigo 9.º: Controlo jurisdicional

"Ao exercer as suas competências relativamente às disposições dos Capítulos 3 e 4 do presente título, o Tribunal de Justiça não é competente para fiscalizar a validade ou a proporcionalidade de operações efectuadas pelos serviços de polícia ou outros serviços de execução das leis nos Estados-Membros, nem para decidir sobre o exercício das responsabilidades que incumbem aos Estados-Membros em matéria de manutenção da ordem pública e de garantia da segurança interna, desde que estes actos sejam regidos pelo direito interno."

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Muitos Convencionais solicitaram a supressão deste artigo, por considerarem que este domínio deverá ser da competência do Tribunal de Justiça, tal como se conclui do relatório final do Grupo de Trabalho;
Farnleitner (alt. 1); Fischer (alt. 2); Brok + 32 Convencionais (alt. 3); Duhamel + 9 Convencionais (alt. 3); Wittbrodt + 1 Convencional (alt. 5); Duff (alt. 6); Voggenhubber + 2 Convencionais (alt. 7); Michel + 5 Convencionais (alt. 8); Borrell + 1 Convencional (alt. 9); Tiilikainen + 5 Convencionais (alt. 28); Heathcoat-Amory (alt. 10): por outros motivos
- Um Convencional gostaria de restabelecer o mecanismo de derrogação relativo aos procedimentos a título prejudicial para os Capítulos 3 e 4, tal como previstos no artigo 35.º do actual TUE;
Hain (alt. 1)
- Um outro Convencional subscreve a proposta anterior, mas torna extensivos aos Capítulos 1, 3 e 4 os procedimentos a título prejudicial; esta alteração prevê a possibilidade de o procedimento a título prejudicial só ser aplicado aos tribunais de última instância, através de uma declaração dos Estados-Membros para o efeito; além disso, esclarece que, no caso de o juiz nacional apresentar uma questão a título prejudicial, num processo em que esteja detida uma pessoa, o Tribunal de Justiça deverá pronunciar-se num prazo de três meses.
de Vries (alt. 12)
- Alguns Convencionais gostariam de manter a redacção actual do n.º 5 do artigo 35.º do TUE, ou seja, sem a última frase do projecto de artigo 9.º, "desde que estes actos sejam regidos pelo direito interno", considerando que os referidos actos decorrem sempre do direito interno.
De Villepin (alt. 16); Teufel (alt. 17); Fini (alt. 18); Hjelm-Wallén e Lekberg (alt. 19); Lopes e Lobo Antunes; Queiró (alt. 21); Schlüter (alt. 22); Hain (alt. 1); Tiilikainen + 4 Convencionais (alt. 28)
- Alguns Convencionais acrescentaram "regiões ou autoridades locais" e "direito regional";
Chabert + 4 Convencionais (alt. 15)
- Dois Convencionais acrescentaram um artigo (artigo 9.º-A) em matéria de relações externas
De Vries + de Bruijn (alt. 27)

Artigo 10.º: Controlo de pessoas nas fronteiras

"1. A União desenvolverá uma política que vise:

- **assegurar a ausência de controlos de pessoas, independentemente da sua nacionalidade, na passagem das fronteiras internas;**
- **assegurar o controlo de pessoas e a vigilância eficaz da passagem das fronteiras externas;**
- **introduzir gradualmente um sistema comum de gestão integrada das fronteiras externas.**

2. Para esse efeito, o Parlamento Europeu e o Conselho adoptarão de acordo com o processo legislativo, leis ou leis-quadro relativas:

- **às condições de entrada de nacionais de países terceiros, tendo em vista uma estada de curta duração, nomeadamente a obrigação de visto e a isenção dessa obrigação, as regras, processos e condições de emissão dos títulos de passagem das fronteiras externas, bem como um modelo uniforme para esses títulos;**
- **aos controlos a que podem ser submetidas as pessoas que transpõem as fronteiras externas;**
- **às condições aplicáveis à livre circulação de nacionais de países terceiros na União durante um curto período;**
- **a qualquer medida necessária à introdução gradual de um sistema comum de gestão integrada das fronteiras externas;**
- **à ausência de controlos de pessoas, independentemente da sua nacionalidade, na passagem das fronteiras internas."**

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Prever que possam ser explicitamente introduzidos na legislação da União controlos nas fronteiras internas;
Fini (alt. 11)
- Introduzir uma referência explícita à criação de um corpo comum de guardas de fronteira, nomeadamente através da indicação da data de entrada em vigor:
Fischer (alt. 12) + Berger + Einem (alt. 2) + Brok + 36 Convencionais (alt. 3) + Costa + d'Oliveira Martins (alt. 5) + Kuneva (alt. 19) + Teufel (alt. 25) + Vastagh (alt. 27) + Wuermeling (alt. 30)
- Recusa ou reticências a que o artigo 10.º possa constituir a base jurídica para a criação de um corpo integrado de guardas de fronteira:
Lennmarker Kvist (alt. 20) + Tiilikainen (alt. 26)

- Introdução da cláusula de salvaguarda, prevista no artigo 2.º da Convenção de Schengen, que autoriza um Estado-Membro a reintroduzir, em determinadas condições, o controlo das fronteiras internas :
Lopes + Lobo Antunes (alt. 21) + Teufel (alt. 25) + Villepin (alt. 28) + Chabert + 6 Convencionais (alt. 4) atribuição de um papel específico às regiões ou autoridades locais responsáveis
- Introduzir a noção de "livre circulação de pessoas" (em vez de "ausência de controlos de pessoas (...) na passagem das fronteiras") :
Badinter (alt. 1) + Farnleitner (alt. 10)
- Manter a regra da unanimidade para a totalidade ou parte do âmbito de aplicação do artigo:
Kalniete + 5 (alt. 16) + Palacio (alt. 23) + Schlüter (alt. 24)
- Introduzir a noção de "solidariedade económica" na gestão integrada das fronteiras externas:
Fini (alt. 11)
- Tornar extensivo aos "apátridas" o âmbito de aplicação do artigo ("nacionais de países terceiros e apátridas") :
Duhamel + 8 Convencionais (alt. 8)
- Introdução ou referência a um direito de auto-exclusão ("*opting out*") para os Estados-Membros relativamente à supressão dos controlos nas fronteiras/ recusa de qualquer competência da União neste domínio:
Stockton (alt. 9) + Heathcoat-Amory (14) + Kirkhope (alt. 18)
- Limitação do âmbito de aplicação do artigo ao controlo de pessoas :
Hain + Tomlinson (alt. 13)
- Alargamento do âmbito de aplicação ao controlo dos tráficos ilícitos:
Villepin (alt. 28)
- Prever que o artigo 10.º incida unicamente sobre a gestão das fronteiras e um artigo 10.º-A (novo) para as condições de entrada e estada de curta duração para os nacionais de países terceiros
Tiilikainen + 5 (alt. 26)
- Alterações de redacção:
Duff + 20 Convencionais (alt. 7); Wittbrodt + Fogler (alt. 29)

Artigo 11.º: Asilo

- "1. A União desenvolverá uma política comum em matéria de asilo e de protecção temporária, destinada a conceder um estatuto adequado a qualquer nacional de um país terceiro que necessite de protecção internacional e a garantir a observância do princípio da não recusa de entrada. Esta política é consentânea com a Convenção de Genebra, de 28 de Julho de 1951, e o Protocolo, de 31 de Janeiro de 1967, relativos ao estatuto dos refugiados, e com os outros tratados pertinentes.**
- 2. Para esse efeito, o Parlamento Europeu e o Conselho adoptarão, de acordo com o processo legislativo, leis ou leis-quadro destinadas a criar um sistema europeu comum de asilo que inclua:**
- um estatuto uniforme de asilo para os nacionais de países terceiros, válido em toda a União;**
 - um estatuto uniforme de protecção subsidiária para os nacionais de países terceiros que, sem obterem o asilo europeu, careçam de protecção internacional;**
 - um estatuto uniforme de protecção temporária para as pessoas deslocadas em caso de afluxo maciço;**
 - um procedimento comum em matéria de concessão e retirada do estatuto de asilo ou de protecção subsidiária ou temporária;**
 - critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de asilo ou de protecção subsidiária;**
 - normas relativas às condições de acolhimento dos requerentes de asilo ou de protecção subsidiária ou temporária.**
- 3. No caso de um ou mais Estados-Membros serem confrontados com uma situação de emergência, caracterizada por um súbito afluxo de nacionais de países terceiros, o Conselho, por maioria qualificada, pode adoptar regulamentos ou decisões que incluam medidas provisórias a favor desses Estados-Membros. O Conselho delibera sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu."**

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Rejeição do artigo em bloco e de qualquer competência da União neste domínio:
Heathcoat-Amory (alt. 10) + Kirkhope (alt. 13) + Skaarup (alt. 19)
- Limitação do âmbito do artigo à adopção de "normas mínimas":
Fischer (alt. 8) + Hjelm-Wallen + 4 Convencionais (alt. 15) + Teufel (alt. 25) + Wuermeling (alt. 30)
- Indicar que o estatuto de refugiado não abre automaticamente o mercado de trabalho:
Teufel (alt. 25) + Wuermeling (alt. 30)
- Não haver procedimento comum para a atribuição da protecção subsidiária ou temporária, nem normas relativas às condições de acolhimento dos requerentes da referida protecção.
Fischer (alt. 8)

- Aditamento de um procedimento comum de atribuição ou retirada do estatuto de refugiado
de Vries + de Bruijn (alt. 2)
- Introdução de uma cláusula de salvaguarda no n.º 3, baseada no modelo da que existe no quadro de Schengen:
Hain + Tomlinson (alt.9) + Queiró (alt.16)
- Alargar o âmbito do artigo introduzindo a noção de "nomeadamente":
van Dijk (alt. 3)
- Distinguir "asilo" e "protecção subsidiária":
Brok + 36 Convencionais (alt. 1)
- Introduzir a noção de apátrida:
Duhamel + 9 Convencionais (5) + Einem + Berger (alt. 6)
- Introduzir o direito ao reagrupamento familiar para os refugiados:
Vastagh (alt. 22)
- Transferir o n.º 3, que prevê as medidas a adoptar em caso de situação de emergência, para um artigo separado ou para o n.º 2:
Fini (alt. 7) + Voggenhuber + 2 Convencionais (alt. 23)
- Aditamento das regiões e das autoridades locais:
Chabert + 3 observadores (alt. 27)
- Alterações de redacção:
Duff + 20 Convencionais (alt.4) + Michel + 6 Convencionais (alt. 4) + Santer + 2 Convencionais (alt. 18) + Tiilikainen + 5 Convencionais (alt. 21)

Artigo 12.º: Imigração

- "1. A União desenvolverá uma política comum de imigração destinada a garantir, em todas as fases, uma gestão eficaz dos fluxos migratórios, um tratamento equitativo dos nacionais de países terceiros que residam legalmente nos Estados-Membros, bem como a prevenção e luta reforçada contra a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos.*
- 2. Para esse efeito, o Parlamento Europeu e o Conselho adoptarão, de acordo com o processo legislativo, leis e leis-quadro nos seguintes domínios:*
 - condições de entrada e de residência, bem como normas relativas à emissão, pelos Estados-Membros, de vistos e de títulos de residência de longa duração, nomeadamente para efeitos de reagrupamento familiar;*
 - definição dos direitos dos nacionais de países terceiros que residam legalmente num Estado-Membro, nomeadamente das condições (que regem a liberdade de circulação) e de permanência nos outros Estados-Membros;*
 - imigração clandestina e residência ilegal, incluindo o afastamento e o repatriamento de residentes em situação ilegal;*
 - luta contra o tráfico de seres humanos, em especial mulheres e crianças.*
- 3. A União pode celebrar com países terceiros acordos destinados à readmissão, nos países de origem ou de proveniência, de nacionais de países terceiros em situação ilegal.*
- 4. O Parlamento Europeu e o Conselho podem adoptar, de acordo com o processo legislativo, leis ou leis-quadro de incentivo e de apoio à acção dos Estados-Membros, a fim de fomentar a integração dos nacionais de países terceiros que residam legalmente no seu território."*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Reduzir ou suprimir o âmbito abrangido pela competência europeia:
Stockton (alt. 7) + Heathcoat-Amory (alt. 12) + Kirkhope (alt. 16) + Skaarup (alt. 24) + Speroni (alt. 25)
- Suprimir o quarto travessão do n.º 2
Fischer (alt. 10); Farnleitner (alt. 8); Hain + Tomlinson (alt. 11); Hjelm-Wallén (alt. 13)
- Introduzir a ideia, no n.º 1, de que a política comum de imigração deve fazer parte integrante da política externa da União
de Vries + de Bruijn (alt. 4)
- Reformulação do artigo:
Abitbol (alt. 1)
- Introduzir a noção de "capacidades de acolhimento" dos Estados-Membros:
Farnleitner (alt. 8)

- Retomar o actual ponto 4 do artigo 63.º do TCE:
Fischer (alt. 10)
- Introduzir a noção de "repartição solidária":
Fini (alt. 9)
- Alargar os direitos dos nacionais dos países terceiros com residência legal:
Timmermans + van den Linden (alt. 28) + van Dijk (alt. 29)
- Indicar que o "acesso ao mercado de trabalho" é da responsabilidade dos Estados-Membros:
Brok + 32 Convencionais + (alt. 3) Teufel (alt. 26) + Tiilikainen + 5 Convencionais (alt. 27) + Wuermeling (alt. 32)
- Reduzir a definição dos direitos à fixação de "normas mínimas" e/ou suprimir a referência à "luta contra o tráfico":
Hjelm-Wallen + 4 Convencionais (alt. 13) + Queiró (alt. 21) + Teufel (alt. 26) + Wuermeling (alt. 31)
- Aditar a definição das "obrigações"
Fini (alt. 9);
- Manutenção da unanimidade:
Kalniete + 5 Convencionais (alt. 14) + Schulter (alt. 23)
- Prever o acesso à nacionalidade:
Duhamel + 8 Convencionais (alt. 6)
- Prever a definição dos apátridas
Duhamel + 8 Convencionais (alt. 6)
- Alterações de redacção:
Duff + 20 Convencionais (alt. 5) + Duhamel + 8 Convencionais (alt. 6) + Michel + 6 Convencionais (alt. 17) + Muscardini (alt. 19) + Villepin (alt. 30)

Artigo 13.º: Princípio da solidariedade

"As políticas da União referidas no presente capítulo e a sua implementação são regidas pelo princípio da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades entre os Estados-Membros, inclusive no plano financeiro. Sempre que necessário, os actos da União adoptados por força do disposto no presente capítulo conterão disposições adequadas para a aplicação desse princípio."

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

➤ **Supressão de todo o artigo:**

Fischer (alt. 4) + Heathcoat-Amory (alt. 6) + Kirkhope (alt. 8)

➤ **Supressão da referência à solidariedade financeira:**

de Vries + de Bruijn (alt. 1) + Hejlm-Wallen + 4 Convencionais (alt. 7)

➤ **Alargar ou reforçar o âmbito do artigo:**

Fini (alt. 3) + Hain + Tomlinson (alt. 5) + Schlüter (alt. 9) + Tiilikainen + 5 Convencionais (alt. 10)

Artigo 14.º: Cooperação judiciária em matéria civil

- 1. *A União desenvolverá uma cooperação judiciária em matéria civil baseada no princípio do reconhecimento mútuo das decisões judiciais e extrajudiciais. Essa cooperação incluirá a adoção de medidas de aproximação das legislações nacionais passíveis de terem incidência transfronteiras.***
- 2. *Para esse efeito, o Parlamento Europeu e o Conselho adoptarão, de acordo com o processo legislativo, leis e leis-quadro destinadas a assegurar, nomeadamente:***
 - *o reconhecimento mútuo entre os Estados-Membros das decisões judiciais e extrajudiciais, e a respectiva execução;***
 - *a citação e notificação transfronteiras dos actos judiciais e extrajudiciais;***
 - *a compatibilidade das regras aplicáveis nos Estados-Membros em matéria de conflito de leis e de competência;***
 - *a cooperação em matéria de obtenção de provas;***
 - *um nível elevado de acesso à justiça;***
 - *a boa tramitação dos processos cíveis, promovendo, se necessário, a compatibilidade das normas de processo cível aplicáveis nos Estados-Membros;***
 - *o desenvolvimento de medidas de justiça preventiva e de métodos alternativos de resolução de litígios;***
 - *o apoio à formação de magistrados e de profissionais da justiça.***
- 3. *O Conselho, sob proposta da Comissão, adoptará por unanimidade¹ leis e leis-quadro relativas ao direito da família, deliberando após consulta ao Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu e o Conselho adoptarão, em conformidade com o processo legislativo, leis e leis-quadro em matéria de responsabilidade parental.***

ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES POR NÚMERO

N.º 1

- Um Convencional deseja que o artigo 14.º seja reformulado, a fim de que a "cooperação judiciária em matéria civil e penal" seja objecto de um artigo distinto daquele que trata da "cooperação judiciária em matéria civil";
De Villepin (alt. 1)

¹ Caberá à Convenção pronunciar-se horizontalmente, à luz de toda a segunda parte, sobre as eventuais excepções à regra da maioria qualificada e, consequentemente, sobre as regras de votação que deverão ser aplicadas a este artigo, assim como aos outros artigos do presente projecto que refiram a unanimidade.

- Alguns Convencionais solicitam a supressão do período relativo à "aproximação das legislações nacionais";
Kaufmann, (alt. 3); Hain (alt. 28), Kirkhope (alt. 29); Conde de Stockton (alt. 30);
- Diversos Convencionais precisam que a cooperação judiciária em matéria civil só se deverá desenvolver na medida em que tenha incidências transfronteiras;
De Vries + 1 Convencional (alt. 5); Roche (alt. 6); Hjelm-Wallén + 4 Convencionais suecos (alt. 7), Haenel (alt. 9); Hübner (alt. 14)
- Alguns Convencionais desejam acrescentar ao princípio do reconhecimento mútuo das decisões judiciais e extrajudiciais uma referência aos "documentos autênticos";
Lequiller (alt. 10), Floch (alt. 11); Wuermeling (alt. 12) "öffentlicher Urkunden";
- Vários Convencionais desejam aditar as questões comerciais;
Duff + 19 Convencionais (alt. 24)
- Um Convencional precisa que o princípio do reconhecimento mútuo decorre de acordos bilaterais ou plurinacionais;
Muscardini (alt. 15) ;
- Para alguns Convencionais, deverá ser suprimido o termo "passíveis" de terem incidência transfronteiras.
Michel + 5 Convencionais (alt. 16); Fischer (alt. 21); Wuermeling (alt. 8); Teufel (alt. 32);

N.º 2

- Alguns Convencionais desejam suprimir a expressão "acesso à justiça";
Wuermeling (alt. 18); Voggenhubber + 2 Convencionais (alt. 23); Heatcoat-Amory (alt. 27); Kirkhope (alt. 29); Conde de Stockton (alt. 30);
- Outros desejam que o n.º 2 comece pelo acesso à justiça;
Michel + 5 Convencionais (alt. 16);
- Outros ainda desejam que seja aditada a expressão "desde que haja incidências transfronteiras";
Teufel (alt. 4); Tiilikainen + 5 Convencionais (alt. 32)
- Ou a expressão "inclusive o desenvolvimento de métodos alternativos de resolução de litígios";
Hjelm-Wallén + 4 Convencionais;
- Outros ainda desejam aditar a "indemnização das vítimas nos processos transfronteiras";
Haenel (alt. 19)
- Outros ainda desejam substituir a expressão "nível elevado de acesso à justiça" por "nível adequado";
De Vries (alt. 5), Hain (alt. 28);
- Ou aditar "inclusive uma protecção no âmbito do direito civil contra a violação de direitos fundamentais";
Duff + 19 Convencionais (alt. 24);

- Alguns Convencionais desejam que seja de novo incorporada neste número a referência ao "bom funcionamento do mercado interno";
Hain (alt. 28); Tiilikainen + 5 Convencionais (alt. 32)
- Aditar o "princípio da independência dos magistrados"
Hain (alt. 28);

N.º 3

No tocante à competência do Conselho para legislar por unanimidade em matéria de direito da família e por maioria qualificada, de acordo com o processo legislativo, em matéria de responsabilidade parental, foram propostas alterações que vão em sentidos opostos.

- Para alguns Convencionais, a União deve legislar por maioria qualificada, de acordo com o processo legislativo. Para o efeito, o direito da família em geral não deveria ser tratado à parte. Alguns membros propõem assim que a referência ao direito da família figure na lista de leis e leis-quadro susceptíveis de serem adoptadas de acordo com o processo legislativo constante do n.º 2;
Duff + 19 Convencionais (alt. 24), Farnleitner (alt. 17); Santer + 3 Convencionais (alt. 22); Voggenhuber + 2 Convencionais (alt. 23);

Outros manifestam-se no mesmo sentido, mas preferem suprimir o n.º 3 ou alterá-lo por forma a que seja aplicável o processo legislativo;

Michel + 5 Convencionais (alt. 16); Haenel + 1 Convencional (alt. 9); Fischer (alt. 21); Meyer (alt. 25); Borrell e Carnero (alt. 36) precisando que o Conselho pode deliberar por unanimidade para os aspectos do direito da família que tenham uma dimensão transfronteiras, ou estipulando que o processo legislativo se aplica à responsabilidade parental e aos aspectos do direito da família que tenham uma dimensão transnacional, bem como aos outros aspectos do direito da família indicados pelo Conselho por maioria qualificada reforçada, sob proposta da Comissão e mediante consulta prévia do Parlamento Europeu
Duhamel + 10 Convencionais (alt. 45)

- Para outros Convencionais, deve ser exigida a unanimidade em matéria de direito da família e não é aceite nenhuma derrogação para a responsabilidade parental (sendo este período por vezes suprimido);
Teufel (alt. 4); de Vries e de Bruijn (alt. 5); Roche (alt. 6); Hjelm-Wallén (alt. 7); Schlüter (alt. 42); Hain (alt. 28); Fini (alt. 31); Lopes (alt. 33); Queiró (alt. 34); Brok (alt. 37) (mencionando os aspectos relativos ao n.º 1).
- Um Convencional precisa que o Conselho "pode" deliberar por unanimidade;
Heatcoat-Amory (alt. 27)
- Um Convencional propõe que o processo legislativo seja aplicável no caso da responsabilidade parental, mas que, em matéria de direito da família em geral, o Conselho delibere por unanimidade após parecer favorável do Parlamento Europeu;
Kaufmann (alt. 3)
- Um Convencional solicita que as leis e leis-quadro apenas incidam no reconhecimento mútuo das decisões judiciais em matéria de direito da família e de responsabilidade parental;
Wuermeling (alt. 39)

OUTRAS ALTERAÇÕES

- Alguns Convencionais desejam uma disposição distinta sobre a formação inicial e contínua dos magistrados e dos profissionais da justiça em matéria de direito civil e penal, que incida no direito europeu e no direito dos Estados-Membros que tenha repercussão transfronteiras;
Santer (alt. 43);
- Um Convencional propõe a criação de uma base jurídica para a aproximação das disposições do direito civil substantivo em matéria de direito dos contratos, direito comercial, direito das sociedades, direito da propriedade industrial e direitos de autor. Para outros sectores, a aproximação seria excluída no artigo 16.º da Parte I;
Teufel (alt. 41); Wuermeling (alt. 44) (propõe a aproximação – "lei-quadro" – exclusivamente para o direito de autor e a criação da sociedade anónima europeia).
- Um Convencional deseja acrescentar que as leis e leis-quadro neste domínio possam também incidir nalguns aspectos específicos do direito da família (tutela, nome, direito de visita, direito dos contratos e direito sucessório);
Fischer (alt. 40)

Artigo 15.º: Cooperação judiciária em matéria penal

- "1. *A cooperação judiciária em matéria penal na União assenta no princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais e inclui a aproximação das legislações nacionais nos domínios a que se referem os artigos [16.º] e [17.º].*
2. *O Parlamento Europeu e o Conselho adoptarão, de acordo com o processo legislativo, leis e leis-quadro destinadas a:*
- *estabelecer regras e procedimentos que assegurem o reconhecimento, no interior da União, de todas as formas de sentenças e decisões judiciais;*
 - *prevenir e solucionar os conflitos de jurisdição entre os Estados-Membros;*
 - *favorecer a formação de magistrados e de profissionais da justiça;*
 - *facilitar outras formas de cooperação entre os ministérios e as autoridades judiciárias ou outras equivalentes dos Estados-Membros no âmbito da investigação e do exercício da acção penal, bem como da execução de decisões."*

I. ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Suprimir todo o artigo ou partes dele
Kirkhope (alt. 1), Stockton (alt. 4)
- Prever a unanimidade para todo o artigo, ou para parte dele, ou durante um período transitório
Farnleitner (alt. 5), Lopes + Lobo Antunes (alt. 12), Teufel (alt. 13), Roche (alt. 15), Schlüter (alt. 16), Queiró (alt. 17), Tajani (alt. 20), de Vries + de Bruijn (alt. 23)
- Prever, para alguns dos travessões deste artigo, a adopção apenas de leis-quadro
Hain + Tomlinson (alt. 26)
- "podem adoptar"
Heathcoat-Amory (alt. 19)
- Aditar a extradição entre os Estados-Membros
Tiilikainen + 5 Convencionais (alt. 24)
- "sem prejuízo de acordos bilaterais ou multilaterais dos Estados-Membros"
Muscardini (alt. 3)
- Suprimir a cooperação administrativa (uma vez que já está tratada no artigo 7.º) ou todo o último travessão
de Villepin (alt. 7), Figel (alt. 11), Hjelm-Wallen + 4 Convencionais (alt. 18), Heathcoat-Amory (alt. 19)
- Alterações de redacção
Wuermeling (alt. 2), Hübner (alt. 6), Santer + 3 Convencionais (alt. 8), Michel + 5 Convencionais (alt. 9), Vastagh (alt. 10), Teufel (alt. 13), Kaufmann (alt. 14), Schlüter (alt. 16), Heathcoat-Amory (alt. 19), Duff + 20 Convencionais (alt. 21), Fischer (alt. 22), Hain + Tomlinson (alt. 26)

Artigo 16.º: [Processo penal]

A fim de reforçar a confiança mútua entre as autoridades competentes dos Estados-Membros e garantir a eficácia dos instrumentos comuns de cooperação policial e judiciária, o Parlamento Europeu e o Conselho podem adoptar, de acordo com o processo legislativo, leis e leis-quadro que incluam regras mínimas comuns sobre:

- *a admissibilidade das provas em toda a União;*
- *a definição dos direitos individuais em processo penal, no respeito pelos direitos fundamentais;*
- *os direitos das vítimas da criminalidade;*
- *outros elementos específicos do processo penal, que serão previamente identificados pelo Conselho, deliberando por unanimidade após parecer favorável do Parlamento Europeu.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Alguns Convencionais opõem-se à ideia de o Conselho deliberar por maioria qualificada e de o processo legislativo ser aplicável às regras mínimas. *Propõem* que o Conselho delibere por unanimidade após consulta ao Parlamento Europeu;
Hain (alt. 3) ; Roche (alt. 5) ; Lopes (alt. 6)
 - ou após parecer favorável do Parlamento Europeu
Schlüter (alt. 4)
 - ou após parecer dos parlamentos nacionais
Heathcoat-Amory (alt. 2)
 - ou de acordo com o processo legislativo
Farnleitner (alt. 7) ; Teufel (alt. 8) ; Tajani (alt. 9) de Vries (alt. 11)
- Um Convencional gostaria de substituir todo o artigo por um texto diferente que pusesse a tónica em determinados direitos que assistem aos cidadãos quando estes são objecto de um processo penal noutro Estado-Membro. Entre esses direitos, é feita referência ao direito de obter apoio judiciário e interpretação para a sua língua, bem como de ter acesso às autoridades diplomáticas ou consulares do respectivo Estado de origem.
Hain (alt. 3)
- Alguns membros consideram necessário precisar que a adopção de regras mínimas só se justifica para os aspectos do direito do processo penal que tenham implicações transfronteiriças e na medida do necessário para assegurar o princípio do reconhecimento mútuo das decisões judiciais em matéria penal.
Schlüter (alt. 4) ; Roche (alt. 5) ; Teufel (alt. 8) ; Svensson (alt. 10) ; de Vries (alt. 11) ; Wuermeling (alt. 13) ; Queiró (alt. 16) ; Haenel + 1 Convencional (alt. 17) ; Fischer (alt. 15) ; Tiilikainen + 5 Convencionais (alt. 24)

- Alguns Convencionais consideram que, neste domínio, a União deveria legislar exclusivamente com base em leis-quadro
Hain (alt. 3), Schlüter (alt. 14), Farnleitner (alt. 7), Teufel (alt. 8) ; de Villepin (alt. 14) ; Fischer (alt. 15) ; Queiró (alt. 16)
- Alguns Convencionais, aceitando embora o princípio de o processo legislativo se aplicar à adopção das regras mínimas, opõem-se a que o Conselho determine, por unanimidade, os outros elementos específicos do processo penal.
 - Propõem: quer a maioria qualificada e o processo legislativo;
Duff (alt. + 1 Convencional (alt. 21)
 - quer o processo legislativo, deliberando o Conselho por maioria qualificada reforçada
Michel + 5 Convencionais (alt. 19)
 - quer, por último, a maioria qualificada reforçada após parecer favorável do Parlamento;
Duhamel + 9 Convencionais (alt. 20)

Artigo 17.º: Direito penal substantivo

"O Parlamento Europeu e o Conselho podem adoptar, de acordo com o processo legislativo, leis-quadro que estabeleçam regras mínimas relativas à definição das criminalizações e das sanções:

- em domínios de criminalidade particularmente grave e com uma dimensão transfronteiras que resulte da natureza ou das incidências das infracções, ou ainda da especial necessidade de uma acção penal comum. São os seguintes os domínios de criminalidade em causa: terrorismo, tráfico de seres humanos e exploração sexual de mulheres e crianças, tráfico de droga e de armas, branqueamento de capitais, corrupção, contrafacção de meios de pagamento, criminalidade informática e criminalidade organizada. Consoante a evolução da criminalidade, o Conselho, deliberando por unanimidade após parecer favorável do Parlamento Europeu, poderá identificar outros domínios de criminalidade que preencham os critérios referidos no presente travessão;***
- em domínios de criminalidade lesiva de um interesse comum que seja objecto de uma política da União, sempre que a aplicação de sanções penais se afigure indispensável para assegurar a aplicação eficaz dessa política."***

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Supressão do artigo
Kirkhope (alt. 3)
- Limitar o artigo à adopção de recomendações
Stockton (alt. 6)
- Prever a unanimidade para todo o artigo, ou para parte dele, ou durante um período transitório
Wuermeling (alt. 2), Farnleitner (alt. 9), Lopes + Lobo Antunes (alt. 14), Teufel (alt. 16), Roche (alt. 18), Schlüter (alt. 20), Tajani (alt. 24), de Vries + de Bruijn (alt. 28)
- Precisar, no segundo travessão, que a regra da unanimidade se aplica quando a política da União em causa seja igualmente regida por essa regra
Hain + Tomlinson (alt. 30)
- Prever que a identificação de outros domínios de criminalidade (primeiro travessão) é efectuada por maioria qualificada ou superqualificada, e não por unanimidade
de Villepin (alt. 10), Michel + 5 Convencionais (alt. 12), Berger + Einem) (alt. 19), Van Lancker (alt. 21), Duhamel + 8 Convencionais (alt. 22), Voggenhuber + 2 Convencionais (alt. 26), van der Linden + Timmermans (alt. geral), Voggenhuber + 3 Convencionais (alt. geral)
- Prever que a identificação de outros domínios de criminalidade (primeiro travessão) exige a ratificação por todos os Estados-Membros
Hjelm-Wallen + 3 Convencionais (alt. 1)
- Substituir "regras mínimas" por "base comum"
de Villepin (alt. 10)

- Suprimir o segundo travessão (aditando simultaneamente, na maioria das alterações, vários outros domínios de criminalidade à lista incluída no primeiro travessão, tais como a criminalidade ambiental, as fraudes e delitos contra os interesses financeiros da União)
Hjelm-Wallen + 3 Convencionais (alt. 1), Wuermeling (alt. 2), Fini (alt. 5), Teufel (alt. 16), Roche (alt. 18), Schlüter (alt. 20), Heathcoat-Amory (alt. 23), Tiilikainen + 5 Convencionais (alt. 29)
- Aditar outros domínios de criminalidade (nomeadamente, crimes contra o ambiente, racismo e xenofobia) à lista incluída no primeiro travessão (sem pôr em causa o segundo travessão)
Lennmarker + Svensson (alt. 4); Dybkjaer (alt. 8); de Villepin (alt. 10), de ROSSA (alt. 13), Carey (alt. 15), Kaufmann (alt. 17), Berger + Einem (alt. 19), Van Lancker (alt. 21), Duhamel + 8 Convencionais (alt. 22), Duff + 18 Convencionais (alt. 25), Voggenhuber + 2 Convencionais (alt. 26)
- Introduzir uma lista de domínios de criminalidade também no segundo travessão
Hain + Tomlinson (alt. 30)
- Alteração de determinados domínios que actualmente constam da lista do primeiro travessão ("criminalidade informática"; "criminalidade organizada")
Hain + Tomlinson (alt. 30)
- Tornar não exaustiva a lista dos domínios de criminalidade
Van Lancker (alt. 21), Duhamel + 8 Convencionais (alt. 22), Duff + 18 Convencionais (alt. 25)
- Prever que os domínios de criminalidade referidos no primeiro travessão possam quer ser transfronteiras, quer justificar uma necessidade especial de acção penal comum, quer (no caso de uma alteração) lesar os interesses da União
Michel + 5 Convencionais (alt. 12), Van Lancker (alt. 21), de Vries + de Bruijn (alt. 28)
- Prever a possibilidade de "leis" no segundo travessão
Duff + 18 Convencionais (alt. 25)
- Excluir regras que incidam sobre sanções penais mínimas
Hain + Tomlinson (alt. 30)
- Alterações de redacção
Muscardini (alt. 7); Badinter (alt. 11); Kaufmann (alt. 17); Duff + 18 Convencionais (alt. 25), de Vries + de Bruijn (alt. 28); e vários Convencionais germanófonos, em relação a um erro de tradução DE ("insbesondere"); e vários Convencionais anglófonos, em relação à expressão "joint prosecution" (que não traduz correctamente a ideia do Praesidium)

Artigo 18.º: Prevenção da criminalidade

"O Parlamento Europeu e o Conselho podem adoptar, de acordo com o processo legislativo, leis e leis-quadro para incentivar e apoiar a acção dos Estados-Membros no domínio da prevenção da criminalidade, excluindo-se toda e qualquer aproximação das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros que não seja permitida por outras disposições da Constituição."

I. ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Prever a unanimidade para este artigo
Schlüter (alt. 7), Tajani (alt. 10)
- Suprimir "incentivar"
Heathcoat-Amory (alt. 9)
- Inserir antes este artigo como artigo único de um novo Capítulo 2-A
Michel + 5 Convencionais (alt. 5)
- Prever leis e recomendações ou pareceres (não leis-quadro) ou não prever nenhum instrumento legislativo
Kirkhope (alt. 1), Stockton (alt. 2), Wuermeling (alt. 4)
- Aditar um novo número: obrigação de respeitar aspectos de prevenção da criminalidade em todas as políticas da União
Farnleitner (alt. 3)
- Menção das autoridades regionais e locais
Chabert + 5 Convencionais (alt. 8)
- Alterações de redacção
Farnleitner (alt. 3), Roche (alt.); Duff + 19 Convencionais (alt. 11); Hain + Tomlinson (alt. 12)

Artigo 19.º: Eurojust

1. *A Eurojust tem por missão assegurar a coordenação e a cooperação entre as autoridades nacionais competentes para a investigação e o exercício da acção penal em matéria de criminalidade grave que afecte dois ou mais Estados-Membros ou exija uma acção penal comum, com base nas operações conduzidas e nas informações transmitidas pelas autoridades dos Estados-Membros e pela Europol.*
2. *O Parlamento Europeu e o Conselho determinarão, de acordo com o processo legislativo, a estrutura, o funcionamento, o domínio de acção e as funções da Eurojust. Estas funções poderão abranger:*
 - *a instauração e a coordenação de acções penais conduzidas pelas autoridades nacionais competentes;*
 - *o reforço da cooperação judiciária, inclusive mediante a resolução de conflitos de jurisdição e uma estreita cooperação com a Rede Judiciária Europeia;*
 - *uma adequada supervisão das actividades operacionais da Europol.*

A lei a que se refere o parágrafo anterior estabelecerá igualmente as modalidades de associação do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais à evolução das actividades da Eurojust.
3. *No âmbito das investigações e acções penais a que se refere a presente disposição, e sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, os actos oficiais de procedimento judicial serão adoptados pelos agentes nacionais competentes.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Alguns Convencionais opõem-se à ideia de que o Conselho delibere por maioria qualificada e propõem que o faça por unanimidade;
Queiró (alt. 5)
 - Após consulta ao Parlamento Europeu;
Kvist (alt. 2); Roche (alt. 3), Lopes (alt. 4)
 - Ou após parecer favorável do Parlamento Europeu;
Schlüter (alt. 6)
 - Ou no âmbito do processo legislativo;
De Vries e de Bruijn (alt. 7); Tajani (alt. 8); Farnleitner (alt. 10) (que propõe a unanimidade apenas nos casos em que a lei europeia regula "a instauração e a coordenação de acções penais")
- Um dos membros da Convenção aceita o processo legislativo e a maioria qualificada do Conselho, mas propõe o aditamento de um novo número, nos termos do qual o Conselho, deliberando por unanimidade, pode conferir outras funções à Eurojust, em função de necessidades comprováveis e tendo em conta os diferentes ordenamentos e tradições jurídicos;

Hain (alt. 9)

- Outro sugerem que a Eurojust se limite a propor a "promoção" de processos penais
Hain (alt. 9) ; Teufel (alt. 15)
- Alguns Convencionais são contra a ideia de que a Eurojust "promova" processos penais
Roche (alt. 3) ; Fini (alt. 21) ; Muscardini (alt. 22) ; Queiro (alt. 5) ; de Vries (alt. 7) ; Heathcoat-Amory (alt. 14) ; Hjelm-Wallén (alt. 16) ; Wuermeling (alt. 17)
- No que toca à supervisão das actividades da Europol, alguns Convencionais são contra:
Kirkhope; (alt. 1); Roche (alt. 3); Queiró (alt. 5); Farnleitner (alt. 10); Heathcoat-Amory (alt. 14); Teufel (alt. 15); Hjelm-Wallén e Lekberg (alt. 16); Wuermeling (alt. 17).

Outros preferem que o termo "supervisão" seja substituído por "coordenação da investigação conduzida pela Europol";
De Villepin (alt. 11);

Ou supervisão igualmente das actividades de investigação da Europol;
Hain (alt. 9); Fischer (alt. 8), que menciona a necessidade de essa supervisão ser possível no Estado-Membro interessado;

- Alguns Convencionais desejam que a Eurojust seja dotada de personalidade jurídica;
Brok + 36 Convencionais (alt. 19); Fogler (alt. 20)
- Alguns membros acrescentaram que a Eurojust deveria ter também competência no domínio da prevenção da fraude lesiva do Orçamento da União;
Brok + 36 Convencionais (alt. 19); Fogler (alt. 20); Tajani (alt. 8).
- Uma das Convencionais opõe-se a que os Parlamentos nacionais sejam associados à avaliação das actividades da Eurojust;
Berger (alt. 25)

Artigo 20.º: Procuradoria Europeia

1. *A fim de combater os crimes graves de dimensão transfronteiras, bem como as actividades ilegais lesivas dos interesses da União, o Conselho, deliberando por unanimidade, após parecer favorável do Parlamento Europeu, pode adoptar uma lei europeia que institua uma Procuradoria Europeia no âmbito da Eurojust. A Procuradoria Europeia é competente para investigar, processar judicialmente e levar a julgamento os autores e cúmplices tanto dos crimes graves que afectem vários Estados-Membros, como das infracções lesivas dos interesses financeiros da União determinadas na lei prevista no n.º 2. A Procuradoria Europeia exerce, perante os órgãos jurisdicionais competentes dos Estados-Membros, a acção pública relativa a tais infracções.*
2. *A lei referida no n.º 1 define o estatuto da Procuradoria Europeia, as condições em que exerce as suas funções, as regras processuais aplicáveis às suas actividades e as que regem a admissibilidade das provas, bem como as regras aplicáveis ao controlo jurisdicional dos actos processuais adoptados pela Procuradoria Europeia no exercício das suas funções.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Alguns membros da Convenção consideram não existirem razões válidas que justifiquem a criação de uma Procuradoria Europeia, pelo que se pronunciaram contra; Hain (alt. 1), de Vries e de Bruijn (alt. 2); Roche (alt. 3); Schlüter (alt. 4); Queiró (alt. 5); Wuermeling (alt. 6); Hjelm-Wallén, Lekberg e Lennmarker (alt. 7); Kirkhope (alt. 8), Farnleitner (alt. 9); Tajani (alt. 10); Heathcoat-Amory (alt. 11); Tiilikainen + 5 Convencionais (alt. 36); Muscardini (alt. 12), (que propõe que se acrescentem à Eurojust as funções que seriam atribuídas à Procuradoria Europeia);
- Um dos membros propõe que se insira um número antes do n.º 1 que preveja que a União se dote de um direito penal europeu, completado por regras processuais europeias em matéria penal; Fayot (alt. 13).
- Um dos Convencionais propõe que a Procuradoria Europeia seja instituída pelos Estados-Membros que tenham declarado aceitar a sua criação". Haenel + 1 Convencional (alt. 14)
- Outros Convencionais são favoráveis à criação de uma Procuradoria Europeia de acordo com o processo legislativo; Costa + 1 Convencional (alt. 15) (que propõe que qualquer alargamento de competências seja decidido pelo Conselho por unanimidade, após parecer favorável do Parlamento); Duff + 19 Convencionais (alt. 16); Brok + 32 Convencionais (alt. 21), Michel + 5 Convencionais; Voggenhuber + 1 Convencional (alt. 23); Borrell + 2 Convencionais (alt. 30)
- Ou de acordo com o processo legislativo, mas deliberando o Conselho por maioria qualificada

- reforçada
Duhamel + 8 Convencionais (alt. 29)
 - Alguns membros propõem a criação da Procuradoria Europeia x anos após a entrada em vigor da Constituição:
 - 5 anos após a entrada em vigor da Constituição;
Lequiller (alt. 18) ou
 - X anos após a entrada em vigor da Constituição;
De Villepin (alt. 22)
 - Alguns Convencionais esclareceram que a Procuradoria Europeia deveria ser criada a partir da Eurojust e não "no âmbito" ou junto da Eurojust¹
Vuggenhuber + 1 Convencional (alt. 23), Michel + 5 Convencionais (alt. 19); Kaufmann (alt. 20); Fischer (alt. 26); Wuermeling (alt. 27); Kohout (alt. 34)
 - Um Convencional propõe que a Procuradoria Europeia seja criada na Constituição e não a partir da Eurojust
Badinter (alt. 33)
 - No que respeita às competências da Procuradoria Europeia, alguns Convencionais propõem o aditamento da frase "domínios de criminalidade particularmente grave e com uma dimensão transfronteiras que resulte da natureza ou das incidências das infracções, ou ainda da especial necessidade de uma acção penal comum" (que consta do artigo 17.º infra);
Duff + 19 Convencionais (alt. 16); Kaufmann (alt. 20) (que se refere ao artigo 17.º).
- Outros propõem a defesa da moeda única;
Teufel (alt. 24); Wuermeling (alt. 27).
- Outros ainda a supervisão das actividades de investigação da Europol;
Teufel (alt. 23); Fischer (alt. 26); Wuermeling (alt. 27).
- Alguns Convencionais propõem que a Procuradoria Europeia seja criada por uma lei orgânica;
Michel + 5 Convencionais (alt. 19); Kauffman (alt. 20)
 - Alguns propõem que se substitua "pode adoptar" por "adopta";
Floch (alt. 17) (no mesmo sentido: "é instituído um Procurador Europeu");
Michel + 5 Convencionais (alt. 19), Brok + 32 Convencionais (alt. 21); de Villepin (alt. 22); Meyer (alt. 25); Fischer (alt. 26); Wittbrod e Fogler (alt. 28); Borrell + 2 Convencionais (alt. 30).

OUTRAS ALTERAÇÕES

- Alguns Convencionais manifestaram o seu acordo quanto à criação de uma Procuradoria Europeia, mas propõem que, além disso, seja criado um tribunal de arbitragem em matéria civil no Tribunal de Justiça. Esse tribunal teria competência para determinar o direito

¹ Isto deve-se em parte a um problema de tradução. Nalgumas versões "no âmbito da Eurojust" ("*au sein de l'Eurojust*") foi traduzido com o sentido de "junto da Eurojust" ("*auprès d'Eurojust*"), o que implicaria que a Eurojust e a Procuradoria Europeia coexistiriam, quando o que se pretende é que a Eurojust evolua para uma Procuradoria Europeia.

aplicável e o juiz competente, em caso de contencioso em matéria civil entre dois tribunais nacionais de Estados-Membros diferentes.
Berès + 2 Convencionais (alt. 35).

Artigo 21.º: Cooperação em matéria de segurança interna

- "1. A União desenvolverá uma cooperação que associará todas as autoridades competentes em matéria de segurança interna dos Estados-Membros, incluindo os serviços de polícia, das alfândegas e outros serviços especializados nos domínios da prevenção ou detecção de infracções penais e das investigações nessa matéria.***
- 2. Para o efeito, o Parlamento Europeu e o Conselho adoptarão, de acordo com o processo legislativo, leis e leis-quadro em matéria de:***
 - recolha, armazenamento, tratamento, análise e intercâmbio de informações pertinentes;***
 - formação e intercâmbio de pessoal, equipamento e investigação;***
 - outras medidas não contempladas no número seguinte que contribuam para a cooperação entre as autoridades referidas no presente artigo.***
- 3. O Conselho pode adoptar, por unanimidade, leis e leis-quadro em matéria de cooperação operacional entre as autoridades referidas no presente artigo. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu."***

I. ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Limitar o âmbito de aplicação deste artigo (de acordo com a maior parte das alterações: à "cooperação policial"; ou: às "autoridades policiais, alfandegárias, de protecção civil")
Farnleitner (alt. 4), Lopes + Lobo Antunes (alt. 9), Kaufmann (alt. 11), Roche (alt. 13), Fischer (alt. 20), de Vries + de Bruijn (alt. 21), Tiilikainen + 5 (alt. 22), Hain + Tomlinson (alt. 24)
- Suprimir n.ºs 2 e 3
Kirkhope (alt. 1)
- suprimir o terceiro travessão do n.º 2, ou esclarecer que se trata da cooperação "administrativa", ou substituí-lo por novos travessões mais específicos, ou por uma cláusula que permita que o Conselho identifique outros domínios sujeitos ao processo legislativo
Teufel (alt. 10); Roche (alt. 3), Hjelm-Wallen + 4 (alt. 16), Heathcoat-Amory (alt. 17), Fischer (alt. 20), Hain + Tomlinson (alt. 24)
- Suprimir o n.º 3
Kaufmann (alt. 11)
- Substituir o n.º 3 por uma lista com vários travessões
Fischer (alt. 20)
- Prever a unanimidade para todo o artigo
Santer + 3 (alt. 6), Lopes + Lobo Antunes (alt. 9), Queiró (alt. 14), de Vries + de Bruijn (alt. 21)
- Alargar o âmbito do processo legislativo geral (maioria qualificada + co-decisão) à totalidade do n.º 3, ou apenas a uma parte (cooperação operacional, excepto no caso da ordem pública),

ou prever uma maioria qualificada reforçada
*de Villepin (alt. 5), Michel + 5 Convencionais (alt. 7), Duff + 16 Convencionais (alt. 18),
Voggenhuber + 2 Convencionais (alt. 19), van der Linden + Timmermans (alt. geral),
Voggenhuber + 3 Convencionais (alt. geral)*

- "pode(m) adoptar..." em vez de: "adoptará/adoptação"
Heathcoat-Amory (alt. 17)
- Acrescentar os guardas de fronteiras
Vastagh (alt. 8); Muscardini (alt. 3) (sob forma de artigo separado)
- No n.º 2 prever a possibilidade de se adoptarem também outras medidas além das leis e leis-quadro
Hjelm-Wallen + 4 Convencionais (alt. 16)
- No n.º 3 prever "regulamentos" em vez de leis / leis-quadro
Duhamel + 10 Convencionais (alt. 12), Duff + 16 Convencionais (alt. 18), Borrell + 2 Convencionais (alt. 23)
- No n.º 3 prever o processo legislativo
Voggenhuber + 2 Convencionais (alt. 19)
- Prever a maioria qualificada reforçada
Duhamel + 10 Convencionais (alt. 12)
- Referência à protecção de dados
Vassiliou (alt. 2), Voggenhuber + 2 Convencionais (alt. 19)
- "sem prejuízo de acordos bilaterais ou multilaterais dos Estados-Membros"
Teufel (alt. 10), Heathcoat-Amory (alt. 17)
- Alterações de redacção
Teufel (alt. 10), Timmermans + 3 Convencionais (alt. 15), Fischer (alt. 20), Tiilikainen + 5 Convencionais (alt. 22), Hain + Tomlinson (alt. 24)

Artigo 22.º : Europol

- "1. *A Europol tem por missão apoiar e reforçar a acção das autoridades policiais dos Estados-Membros, bem como a cooperação entre essas autoridades na prevenção e na luta contra as formas graves de criminalidade que afectem dois ou vários Estados-Membros, o terrorismo e as formas de criminalidade lesivas de um interesse comum que seja objecto de uma política da União.*
2. *O Parlamento Europeu e o Conselho determinarão, de acordo com o processo legislativo, a estrutura, o funcionamento, o domínio de acção e as funções da Europol. Estas funções poderão abranger:*
- *a recolha, armazenamento, tratamento, análise e intercâmbio das informações transmitidas pelas autoridades dos Estados-Membros ou de instâncias ou países terceiros;*
 - *a coordenação, organização e realização de investigações e de acções operacionais conduzidas em conjunto com os serviços dos Estados-Membros ou no âmbito de equipas de investigação conjuntas.*
- A lei a que se refere o parágrafo anterior estabelecerá igualmente as modalidades de controlo das actividades da Europol pelo Parlamento Europeu, ao qual serão associados os parlamentos nacionais.*
3. *As acções operacionais da Europol devem ser conduzidas em ligação e com o acordo dos serviços do ou dos Estados-Membros cujo território seja afectado. A aplicação de medidas coercivas é da exclusiva responsabilidade das autoridades nacionais competentes."*

I. ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Prever a unanimidade para a totalidade ou parte do artigo
Santer + 3 Convencionais (alt. 5), Lopes + Lobo Antunes (alt. 12), Teufel (alt. 14), Roche (alt. 16), Queiró (alt. 18), de Vries + de Bruijn (alt. 24)
- Possibilidade de a União criar outros organismos de cooperação policial
Michel + 5 Convencionais (alt. 7)
- Restringir, no n.º 1, os domínios possíveis de acção da Europol, suprimindo "o terrorismo e as formas de criminalidade ... política da União")
Hain + Tomlinson (alt. 27)
- No n.º 2, não fazer uma enumeração exaustiva das funções potenciais
Michel + 5 Convencionais (alt. 7)
- Prever que as funções enumeradas no n.º 2 *sejam* de facto funções da Europol (e não apenas funções potenciais)
Brok + 30 Convencionais (alt. 13), Fogler (alt. 20), Hain + Tomlinson (alt. 27) (mas limitando essas funções)
- Alterar o segundo travessão do n.º 2 no sentido de limitar as funções potenciais da Europol (nomeadamente: apenas um apoio às autoridades dos Estados-Membros)

Farnleitner (alt. 6), Roche (alt. 16), Tiilikainen + 5 Convencionais (alt. 27), Hain + Tomlinson (alt. 27)

- "Controlo conjunto" pelo Parlamento Europeu e pelos Parlamntos nacionais, ou fórmulas semelhantes, ou fórmulas mais explícitas sobre os Parlamntos nacionais
Haenel + 2 Convencionais (alt. 4), Costa + d'Oliveira Martins (alt. 10), Hjelm-Wallen + 5 (alt. 21)
- Supressão do n.º 3, ou prever neste número limites menos estritos para a evolução da Europol
de Villepin (alt. 3), Farnleitner (alt. 6), Roche (alt. 16), Duff + 19 Convencionais (alt. 23)
- Prever no n.º 3 limites mais estritos para a evolução da Europol
Wuermeling (alt. 1)
- Pever a possibilidade de alargar, por unanimidade, as funções da Europol para além das previstas nos n.ºs 2 e 3
Fischer (alt. 25)
- Icluir uma referência à Interpol
Stockton (alt. 11)
- Mnção das autoridades regionais e locais
Chabert + 5 Convencionais (alt. 19)
- Poposta de um novo artigo análogo que crie a "Eurobord" (guarda de fronteiras comum)
Berger + Einem (alt. 17) ver também (alt. 3) Vastagh (relativa ao artigo 23.º)
- Aterações de redacção
de Villepin (alt. 3), Azevedo + Pereira (alt. 8), Fini (alt. 9), Kaufmann (alt. 15), Hjelm-Wallen + 5 Convencionais (alt. 21), de Vries + de Bruijn (alt. 24)

Artigo 23.º : Intervenções no território de outro Estado-Membro

"O Conselho adoptará, por unanimidade, leis e leis-quadro que definam as condições e limites dentro dos quais as autoridades competentes dos Estados-Membros a que se referem os artigos 13.º e 15.º podem intervir no território de outro Estado-Membro em articulação e de acordo com as autoridades desse Estado. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu."

I. ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Sprimir o artigo
Stockton (alt. 5), Krikhope (alt. 7)
- Alterações no sentido de corrigir a referência ao artigo 13.º, que deve ser feita ao artigo 21.º (inúmeras alterações neste sentido; tratava-se de um erro dactilográfico do texto do Praesidium)
- Incluir uma referência ao artigo 14.º
Teufel (alt. 9)
- Substituir a referência aos artigos 13.º e 15.º por outra fórmula "nos domínios da segurança interna, da imigração clandestina e da gestão das fronteiras")
Santer + 3 (alt. 4)
- Prever o processo legislativo (ou seja, Conselho, por maioria qualificada, em co-decisão), ou a maioria reforçada
Borrell + 2 (alt. 2), Michel + 5 Convencionais (alt. 6), Duhamel + 9 Convencionais (alt. 11), Duff + 17 Convencionais (alt. 13), van der Linden + Timmermans (alt. geral), Voggenhuber + 3 Convencionais (alt. geral)
- Prever o parecer favorável do Parlamento Europeu
Kaufmann (alt. 10), Heathcoat-Amory (alt. 12) (??)
- "pode adoptar" em vez de: "adopta"
Heathcoat-Amory (alt. 12)
- Adopção apenas de leis-quadro
de Vries + de Bruijn (alt. 15), Hain + Tomlinson (alt. 17)
- Aditamento de dois números
Muscardini (alt. 16)

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 31, PARTIE I.

1. *FISCHER*
2. *VOGGENHUBER + 2 CONVENTIONNELS*
3. *FOGLER*
4. *BROK + 31 CONVENTIONNELS*
5. *DUHAMEL + 9 CONVENTIONNELS*
6. *MICHEL + 5 CONVENTIONNELS*
7. *DUFF +*
8. *KAUFMANN*
9. *ANDRIUKAITIS*
10. *KOHOUT*
11. *KIRKHOPE*
12. *SANTER + 2 CONVENTIONNELS*
13. *DE VILLEPIN*
14. *ROCHE*
15. *FINI*
16. *AZEVEDO*
17. *GABAGLIO*
18. *DE VRIES ET DE BRUIJN*
19. *FARNEILTER*
20. *THE EARL OF STOCKTON*
21. *WUERMELING*
22. *KVIST*
23. *MUSCARDINI*
24. *HJELM-WALLÉN ET LEKBERG*
25. *HAIN*
26. *LUIS QUEIRÓ*
27. *HEATHCOAT-AMORY*
28. *CHABERT + 4 CONVENTIONNELS*
29. *HÜBNER*
30. *TEUFEL*

31. *BORRELL ET CARNERO U LÓPEZ GARRIDO*
32. *HAENEL + 2 CONVENTIONNELS*
33. *COSTA ET D'OLIVEIRA MARTINS*
34. *SVENSSON*
35. *LENNMARKER*
36. *VAN DER LINDEN + 2 CONVENTIONNELS*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 1, PARTIE II.

1. *KIRKHOPE*
2. *DUFF + 20 CONVENTIONNELS*
3. *KAUFMAN*
4. *DUHAMEL + 9 CONVENTIONNELS*
5. *VOGGENHUBBER + 1 CONVENTIONNELS*
6. *MICHEL + 5 CONVENTIONNELS*
7. *THE EARL OF STOCKTON*
8. *DE VILLEPIN*
9. *MUSCARDINI*
10. *ROCHE*
11. *FARNEITNER*
12. *DE VRIES ET DE BRUIJN*
13. *VAN DER LINDEN +3 CONVENTIONNELS*
14. *WUERMELING*
15. *HEATHCOAT-AMORY*
16. *FINI*
17. *DYBKJAER*
18. *DE ROSSA*
19. *CAREY*
20. *GABAGLIO*
21. *FIGEL + 3 CONVENTIONNELS*
22. *RUPPEL ET LENARCIC*
23. *QUEIRÓ*
24. *HJELM-WALLÉN ET LEKBERG*
25. *KUNEVA*
26. *TEUFEL*
27. *AZEVEDO*
28. *HAIN*
29. *HAENEL ET ATHANASIU*
30. *VASTAGH*
31. *COSTA ET D'OLIVEIRA MARTINS*
32. *FISCHER*
33. *BORREL ET CARNERO*
34. *BADINTER*

LISTE DES AMENDEMENTS POUR L' ARTICLE X

1. *ANDRIUKAITIS, GRICIUS, MARTIKONIS, JUSYS, SIVICKAS, MALDEIKIS*
2. *AZEVEDO, NAZARE PEREIRA*
3. *BORRELL, CARNERO, LOPEZ-GARRIDO*
4. *BROK; SANTER; STYLIANIDIS; SZAJER; TEUFEL; TUSEK; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAIER; AZEVEDO; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; FARNLEITNER; FOGLER FRENDON; GIANNAKOU; KELAM; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; KUTZKOVA; LENNMARKER; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; NAZARE-PEREIRA; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; WÜRMELING; ZIELENIEC; ZILE*
5. *DE VRIES, DE BRUIJN*
6. *DUFF, DINI, HELMINGER, RUPEL, KREITZBERG, GRICIUS, HASOTTI, KACIN, AKÇAM MALDEIKIS, DYBKJAER, VAN EEKELEN, MACLENNAN OF ROGART, UZUN MATSAKIS, VASSILIOU, SZENT-IVANYI, ECKSTEINÇKOVACS, OZAL, SIVICKAS.*
7. *DUHAMEL, EINEMM. ,FAYOT, MCAVANM ,MARINHO,VAN LANCKER, BERES, BERGER,CARNERO, PACIOTTI,THORNING-SCHMIDT*
8. *FARNLEITNER*
9. *FISCHER*
10. *HAIN, TOMLINSON*
11. *HÜBNER*
12. *KAUFMANN*
13. *KIRKHOPE*
14. *MEYER*
15. *MICHEL, DE GUCHT, DI RUPO VAN LANCKER, CHEVALIER NAGY*
16. *MUSCARDINI*
17. *PACIOTTI*
18. *ROCHE*
19. *SANTER, HELMINGER, FAYOT*
20. *TIILIKAINEN, PELTOMÄKI,KILJUNEN, VANHANEN, KORHONEN, HELLE*
21. *VASSILIOU*
22. *VOGGENHUBER, LICHTENBERGER, MACCORMICK, NAGY*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 3, PARTIE II.

1. *ANDRIUKAITIS, GRICIUS, MARTIKONIS, JUSYS, SIVICKAS,*
2. *AZEVEDO NAZARE PEREIRA*
3. *BORRELL, CARNERO, LOPEZ-GARRIDO*
4. *BROK; SANTER; STYLIANIDIS; SZAJER; TEUFEL; TUSEK; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT;
ALTMAYER; AZEVEDO; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; FARNLEITNER; FOGLER FRENDON; GIANNAKOU;
KELAM; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; KUTZKOVA; LENNMARKER; MAIJ-WEGGEN;
MLADENOV; NAZARE-PEREIRA; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; WÜRMELING; ZIELENIEC; ZILE*
5. *CHABERT, DAMMEYER, DEWAELE, DU GRANRUT, MARTINI, VALCARCEL SISO,*
6. *COSTA, D'OLIVEIRA MARTINS*
7. *DE VRIES, DE BRUIJN*
8. *DUFF, DINI, HELMINGER, RUPEL, KREITZBERG, GRICIUS, HASOTTI, KACIN, AKÇAM, MALDEIKIS,
DYBKJAER, VAN EEKELEN, MACLENNAN OF ROGART, UZUN, MATSAKIS, VASSILIOU, SZENT-IVANYI,
ECKSTEINÇKOVACS, OZAL, SIVICKAS*
9. *DUHAMEL, EINEMM., FAYOT, MCAVANM., MARINHO, VAN LANCKER, BERES, BERGER., CARNERO,
PACIOTTI, THORNING-SCHMIDT*
10. *THE EARL OF STOCKTON*
11. *FARNLEITNER*
12. *FIGEL, BELOHORSKA, MIGAS*
13. *FISCHER*
14. *FLOCH*
15. *HAENEL, ATHANASIU, BADINTER*
16. *HAIN, LORD TOMLINSON*
17. *HEATHCOAT-AMORY*
18. *HJELM-WALLEN, PETERSSON, LEKBERG, KVIST, SVENSSON*
19. *HÜBNER*
20. *KAUFMANN*
21. *KIRKHOPE*
22. *KOHOUT*
23. *KUNEVA*
24. *LEQUILLER,*
25. *MEYER*
26. *MICHEL, DE GUCHT, DI RUPO, VAN LANCKER, CHEVALIER, NAGY*
27. *QUEIRO*

28. *ROCHE*
29. *SANTER, HELMINGER, FAYOT, SCHMIT*
30. *SCHÜLTER*
31. *TEUFEL*
32. *TIILIKAINEN, PELTOMÄKI, KILJUNEN, VANHANEN, KORHONEN, HELLE*
33. *VAN DER LINDERN, TIMMERMANS, VAN EEKELEN, VAN DIJK*
34. *VASTAGH*
35. *DE VILLEPIN.*
36. *VOGGENHUBER, LICHTENBERGER, NAGY*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 4, PARTIE II.

1. *BORREL, CARNER, LOPEZ-GARRIDO*
2. *CHABERT, DAMMEYER, DEWAELE, DU GRANRUT, MARTINI, VALCARCEL SISO,*
3. *COSTA, D'OLIVEIRA MARTINS*
4. *DUFF, DINI, HELMINGER, RUPEL, KREITZBERG, GRICIUS, HASOTTI, KACIN, AKÇAM,*
DYBKJAER, VAN EEKELEN, LORD MACLENNAN OF ROGART, UZUN, MATSAKIS, VASSILIOU, ISTVAN
SZENT-IVANYI, ECKSTEIN-KOVACS, OZAL, SIVICKAS
5. *DUHAMEL, EINEMM., FAYOT, MCAVANM., MARINHO, VAN LANCKER, BERES, BERGER., CARNERO,*
PACIOTTI, THORNING-SCHMIDT
6. *FISCHER*
7. *HAIN*
8. *HEATHCOAT-AMORY*
9. *HÜBNER*
10. *KAUFMANN*
11. *KIRKOPE*
12. *KOHOUT*
13. *LEQUILLER,*
14. *MICHEL, DE GUCHT, DI RUPO VAN LANCKER, CHEVALIER NAGY*
15. *PACIOTTI*
16. *QUEIRO*
17. *ROCHE*
18. *TEUFEL*
19. *TIILIKAINEN, KILJUNEN, VANHANEN, PELTOMÄKI, KORHONEN, HELLE*
20. *TIMMERMANS, VAN DER LINDEN, VAN EEKELEN, VAN KIJK*
21. *DE VILLEPIN*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 5, PARTIE II.

1. AZEVEDO, PEREIRA
2. BELHORSKA
3. BORRELL
4. CHABERT, DAMMEYER, DEWAELE, DU GRANRUT, MARTINI, VALCARCEL SISO,
5. CUSHNAHAN
6. DE VRIES, DE BRUIJN
7. DUFF, DINI, HELMINGER, RUPEL, KREITZBERG, GRICIUS, HASOTTI, KACIN, AKÇAM,
DYBKJAER, VAN EEKELEN, LORD MACLENNAN OF ROGART, UZUN, MATSAKIS, VASSILIOU, ISTVAN
SZENT-IVANYI, ECKSTEIN-KOVACS, OZAL, SIVICKAS
8. DUHAMEL, EINEMM., FAYOT, MCAVANM., MARINHO, VAN LANCKER, BERES, BERGER., CARNERO,
PACIOTTI, THORNING-SCHMIDT
9. FARNLEITNER
10. FISCHER
11. GABAGLIO
12. HAENEL, ATHANASIU, BADINTER
13. HAIN, TOMLINSON
14. HEATHCOAT-AMORY
15. HJELM-WALLEN, PETERSSON, LEKBERG, KVIST, SVENSSON
16. HÜBNER
17. KAUFMANN
18. KIRKHOPE
19. KUNEVA
20. LENMARKER
21. LOPES, LOBO ANTUNES
22. MICHEL, DE GUCHT, DI RUPO VAN LANCKER, CHEVALIER NAGY
23. QUEIRO
24. ROCHE
25. RUPE, LENARCIC
26. SANTER, HELMINGER, FAYOT
27. SCHLÜTER
28. SVENSSON
29. TAJANI

30. *TEUFEL*
31. *TIILIKAINEN, PELTOMÄKI, VANHANEN, KORHOEN, HELLE*
32. *VASTAGH*
33. *DE VILLEPIN*
34. *VOGGENHUBER, LICHTENBERGER,*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 6, PARTIE II.

1. *BORRELL ET CARNERO*
2. *WUERMELING*
3. *DE VRIES ET DE BRUIJN*
4. *HELM-WALLÉN + 3 CONVENTIONNELS*
5. *HAIN*
6. *HEATHCOAT-AMORY*
7. *QUEIRÓ*
8. *KAUFMANN*

LISTE DES AMENDEMENTS DE L'ARTICLE 7, PARTIE II

1. *SANTER + 3 CONVENTIONNELS*
2. *KOHOUT*
3. *KIRKHOPE*
4. *FIGEL + 3 CONVENTIONNELS*
5. *MICHEL + 5 CONVENTIONNELS*
6. *FARNLEITNER*
7. *EARL OF STOCKTON*
8. *LOPES + LOBO ANTUNES*
9. *TEUFEL*
10. *KAUFMANN*
11. *BORRELL + 2 CONVENTIONNELS*
12. *ROCHE*
13. *QUEIRO*
14. *CHABERT + 5 CONVENTIONNELS*
15. *DUHAMEL + 10 CONVENTIONNELS*
16. *HEATCOAT-AMORY*
17. *DUFF + 19 CONVENTIONNELS*
18. *VOGGENHUBER + 2 CONVENTIONNELS*
19. *FISCHER*
20. *DE VRIES + DE BRUIJN*
21. *HAIN + TOMLINSON*
22. *TIILIKAINEN + 5 CONVENTIONNELS*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 8, PARTIE II.

1. *KIRKHOPE*
2. *MICHEL + 5 CONVENTIONNELS*
3. *HEATHCOAT-AMORY*
4. *LENNMARKER ET SVENSSON*
5. *VOGGENHUBBER + 2 CONVENTIONNELS*
6. *WITTBRODT + 1 CONVENTIONNEL*
7. *COSTA + 1 CONVENTIONNEL*
8. *DUHAMEL + 9 CONVENTIONNELS*
9. *BORRELL ET CARNERO*
10. *DUFF + 19 CONVENTIONNELS*
11. *RUPEL + 1 CONVENTIONNEL*
12. *FISCHER*
13. *VAN DIJK + 1 CONVENTIONNEL*
14. *SANTER + 3 CONVENTIONNELS*
15. *DE VRIES ET DE BRUIJN*
16. *FIGEL + 3 CONVENTIONNELS*
17. *THE EARL OF STOCKTON*
18. *MUSCARDINI*
19. *FARNLEITNER*
20. *HÜBNER*
21. *QUEIRÓ*
22. *HAIN*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 9, PARTIE II.

1. *FARNLEITNER*
2. *FISCHER*
3. *BROK + 32 CONVENTIONNELS*
4. *DUHAMEL + 9 CONVENTIONNELS*
5. *FOGLER*
6. *DUFF + 19 CONVENTIONNELS*
7. *VOGGENHUBBER + 2 CONVENTIONNELS*
8. *MICHEL + 5 CONVENTIONNELS*
9. *BORREL ET CARNERO*
10. *HEATHCOAT-AMORY*
11. *HAIN*
12. *DE VRIES ET DE BRUIJN*
13. *HÜBNER*
14. *VASSILIOU*
15. *CHABERT + 4 CONVENTIONNELS*
16. *DE VILLEPIN*
17. *TEUFEL*
18. *FINI*
19. *HJELM-WALLÉN*
20. *LOPES ET LOBO ANTUNES*
21. *QUEIRÓ*
22. *SCHLÜTER*
23. *KOHOUT*
24. *BADINTER*
25. *FIGEL*
26. *ROCHE*
27. *DE VRIES ET DE BRUIJN*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 10, PARTIE II.

1. *BADINTER*
2. *BERGER, EINEM*
3. *BROK; SANTER; STYLIANIDIS; SZAJER; TEUFEL; TUSEK; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAIER; AZEVEDO; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; FARNLEITNER; FOGLER FRENDON; GIANNAKOU; KELAM; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; KUTZKOVA; LENNMARKER; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; NAZARE-PEREIRA; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; WÜRMELING; ZIELENIEC; ZILE*
4. *CHABERT, DAMMEYER, DEWAELE, DU GRANRUT, MARTINI, VALCARCEL SISO*
5. *COSTA*
6. *DE VRIES, DE BRUIJN.*
7. *DUFF, DINI, HELMINGER, RUPEL, KREITZBERG, GRICIUS, HASOTTI, KACIN, AKÇAM, DYBKJAER, VAN EEKELEN, LORD MACLENNAN OF ROGART, UZUN, MATSAKIS, VASSILIOU, ISTVAN SZENT-IVANYI, ECKSTEIN-KOVACS, OZAL, SIVICKAS*
8. *DUHAMEL, EINEMM., FAYOT, MCAVANM, MARINHO, VAN LANCKER, BERES, BERGER, CARNERO, PACIOTTI, THORNING-SCHMIDT.*
9. *THE EARL OF STOCKTON*
10. *FARNLEITNER*
11. *FINI*
12. *FISCHER*
13. *HAIN, TOMLINSON.*
14. *HEATHCOAT-AMORY*
15. *HJELM-WALLEN, PETERSSON, LEKBERG, SVENSSON*
16. *KALNIETE, ZILE, LIEPINA, PIKS, KRISJANIS KARINS, KRASTS*
17. *KAUFMANN*
18. *KIRKHOPE*
19. *KUNEVA*
20. *LENNMARKER, KVIST*
21. *LOPES, LOBO ANTUNES*
22. *MUSCARDINI*
23. *PALACIO*
24. *SCHLÜTER*
25. *TEUFEL*
26. *HJELM-WALLEN, PETERSSON, LEKBERG, KVIST, SVENSSON*

27. *VASTAGH*
28. *DE VILLEPIN*
29. *WITTBRODT, FOGLER*
30. *WUERMELING*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 11, PARTIE II.

1. BROK; SANTER; STYLIANIDIS; SZAJER; TEUFEL; TUSEK; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAIER; AZEVEDO; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; FARNLEITNER; FOGLER FRENDON; GIANNAKOU; KELAM; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; KUTZKOVA; LENNMARKER; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; NAZARE-PEREIRA; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; WÜRMELING; ZIELENIEC; ZILE
2. DE VRIES, DE BRUIJN
3. VAN DIJK
4. DUFF, DINI, HELMINGER, RUPEL, KREITZBERG, GRICIUS, HASOTTI, KACIN, AKÇAM, DYBKJAER, VAN EEKELEN, LORD MACLENNAN OF ROGART, UZUN, MATSAKIS, VASSILIOU, ISTVAN SZENT-IVANYI, ECKSTEIN-KOVACS, OZAL, SIVICKAS
5. DUHAMEL, EINEMM., FAYOT, MCAVANM, MARINHO, VAN LANCKER, BERES,
6. EINEM, BERGER
7. FINI
8. FISCHER
9. HAIN, TOMLINSON
10. HEATHCOAT-AMORY
11. HJELM-WALLEN, PETERSSON, LEKBERG, SVENSSON
12. KAUFMANN
13. KIRKHOPE
14. MICHEL, DE GUCHT, DI RUPO, VAN LANCKER, CHEVALIER, NAGY
15. MUSCARDINI
16. QUEIRO
17. QUEIRO
18. SANTER, HELMINGER, FAYOT
19. SKAARUP
20. TEUFEL
21. TIILIKAINEN, PELTOMÄKI, KILJUNEN, VANHANEN, KORHONEN, HELLE
22. VASTAGH
23. VOGGENHUBER, LICHTENBERGER, MACCORMICK
24. WITTBRODT, FOGLER
25. WUERMELING
26. WUERMELING

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 12, PARTIE II.

1. *ABITBOL*
2. *BORRELL, CARNERO, LOPEZ-GARRIDO*
3. *BROK; SANTER; STYLIANIDIS; SZAJER; TEUFEL; TUSEK; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAIER; AZEVEDO; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; FARNLEITNER; FOGLER FRENDON; GIANNAKOU; KELAM; KELEMEN; KORHONEN; KRASTIS; KROUPA; KUTZKOVA; LENNMARKER; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; NAZARE-PEREIRA; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; WÜRMELING; ZIELENIEC; ZILE*
4. *DE VRIES, DE BRUIJN*
5. *DUFF, DINI, HELMINGER, RUPEL, KREITZBERG, GRICIUS, HASOTTI, KACIN, AKÇAM, DYBKJAER, VAN EEKELEN, LORD MACLENNAN OF ROGART, UZUN, MATSAKIS, VASSILIOU, ISTVAN SZENT-IVANYI, ECKSTEIN-KOVACS, OZAL,SIVICKAS*
6. *DUHAMEL, EINEMM. ,FAYOT, MCAVANM ,MARINHO,VAN LANCKER, BERES,*
7. *THE EARL OF STOCKTON*
8. *FARNLEITNER*
9. *FINI*
10. *FISCHER*
11. *HAIN, TOMLNSON*
12. *HEATHCOAT-AMORY*
13. *HJELM-WALLEN, PETERSSON, LEKBERG,LENMARKER, KVIST, SVENSSON*
14. *KALNIETE, ZILE, LIEPINA, PIKS, KRISJANIS KARINS, KRASTIS*
15. *KAUFMANN*
16. *KIRKHOPE*
17. *MICHEL, DE GUCHT, DI RUPO, VAN LANCKER, CHEVALIER, NAGY*
18. *MICHEL, DE GUCHT, DI RUPO, VAN LANCKER, CHEVALIER, NAGY*
19. *MUSCARDINI*
20. *QUEIRO*
21. *QUEIRO*
22. *QUEIRO*
23. *SCHLÜTER*
24. *SKAARUP*
25. *SPERONI*
26. *TEUFEL*

27. *TIILIKAINEN, PELTOMÄKI, KILJUNEN, VANHANEN, KORHOEN, HELLE*
28. *TIMMERMANS, VAN DEN LINDEN*
29. *VAN DIJK*
30. *DE VILLEPIN*
31. *WUERMELING*
32. *WUERMELING*
33. *WUERMELING*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 13, PARTIE II.

1. *DE VRIES, DE BRUIJN*
 2. *FIGEL, BELOHORSKA, MIGAS, ZALA*
 3. *FINI*
 4. *FISCHER*
 5. *HAIN, TOMLINSON*
 6. *HEATHCOAT-AMORY*
 7. *HJELM-WALLEN, PETERSSON, LEKBERG, KVIST, SVENSSON*
 8. *KIKHOPE*
 9. *SCHLÜTER*
 10. *TIIKANEN, PELTOMÄKI, KILJUNEN, VANHANEN, KORHONEN, HELLE*
 11. *DE VILLEPIN*
-

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 14, PARTIE II.

1. *DE VILLEPIN*
2. *KOHOUT*
3. *KAUFMANN*
4. *TEUFEL*
5. *DE VRIES ET DE BRUIJN*
6. *ROCHE*
7. *HJELM WALLÉN + 4 CONVENTIONNELS*
8. *WUERMELING*
9. *HAENEL*
10. *LEQUILLER*
11. *FLOCH*
12. *WUERMELING*
13. *CHABERT + 5 CONVENTIONNELS*
14. *HÜBNER*
15. *MUSCARDINI*
16. *MICHEL + 5 CONVENTIONNELS*
17. *FARNLEITNER*
18. *WUERMELING*
19. *AZEVEDO*
20. *QUEIRO*
21. *FISCHER*
22. *SANTER + 3 CONVENTIONNELS*
23. *VOGGENHUBBER + 2 CONVENTIONNELS*
24. *DUFF + 19 CONVENTIONNELS*
25. *MEYER*
26. *DUHAMEL + 9 CONVENTIONNELS*
27. *HEATHCOAT-AMORY*
28. *HAIN*
29. *KIRKHOPE*
30. *THE EARL OF STOCKTON*
31. *FINI*
- 32.
33. *LOPES ET LOBO ANTUNES*

34. *QUEIRO*
35. *LENNMARKER*
36. *BORRELL ET CARNERO*
37. *BROK + 2 CONVENTIONNELS*
38. *BELOHORSKÁ*
39. *WUERMELING*
40. *FISCHER*
41. *TEUFEL*
42. *SCHLÜTER*
43. *SANTER + 3 CONVENTIONNELS*
44. *WUERMELING*
45. *DUHAMEL + 9 CONVENTIONNELS*

LISTE DES AMENDEMENTS DE L'ARTICLE 15, PARTIE II

1. *KIRKHOPE*
2. *WUERMELING*
3. *MUSCARDINI*
4. *EARL OF STOCKTON*
5. *FARNLEITNER*
6. *HÜBNER*
7. *DE VILLEPIN*
8. *SANTER+ 3 CONVENTIONNELS*
9. *MICHEL+ 5 CONVENTIONNELS*
10. *VASTAGH*
11. *FIGEL*
12. *LOPES + LOBO ANTUNES*
13. *TEUFEL*
14. *KAUFMANN*
15. *ROCHE*
16. *SCHLÜTER*
17. *QUEIRO*
18. *HJELM-WALLEN+ 4 CONVENTIONNELS*
19. *HEATCOAT-AMORY*
20. *TAJANI*
21. *DUFF + 20 CONVENTIONNELS*
22. *FISCHER*
23. *DE VRIES + DE BRUIJN*
24. *TIILIKAINEN + 5 CONVENTIONNELS*
25. *HAIN + TOMLINSON*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 16, PARTIE II.

1. *KIRKHOPE*
2. *HEATHCOAT-AMORY*
3. *HAIN*
4. *SCHLÜTER*
5. *ROCHE*
6. *LOPES ET LOBO ANTUNES*
7. *FARNLEITNER*
8. *TEUFEL*
9. *TAJANI*
10. *SVENSSON*
11. *DE VRIES ET DE BRUIJN*
12. *CHABERT + 5 CONVENTIONNELS*
13. *WUERMELING*
14. *DE VILLEPIN*
15. *FISCHER*
16. *QUEIRÓ*
17. *HAENEL*
18. *WUERMELING*
19. *MICHEL + 5 CONVENTIONNELS*
20. *DUHAMEL + 9 CONVENTIONNELS*
21. *DUFF + 19 CONVENTIONNELS*
22. *HJELM-WALLÉN*
23. *KAUFMANN*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 17, PARTIE II.

1. *HJELM-WALLEN + 3 CONVENTIONNELS*
2. *WUERMELING*
3. *KIRKHOPE*
4. *LENNMAKER + SVENSSON*
5. *FINI*
6. *EARL OF STOCKTON*
7. *MUSCARDINI*
8. *DYBKJAER*
9. *FARNLEITNER*
10. *DE VILLEPIN*
11. *BADINTER*
12. *MICHEL + 5 CONVENTIONNELS*
13. *DE ROSSA*
14. *LOPES + LOBO ANTUNES*
15. *CAREY*
16. *TEUFEL*
17. *KAUFMANN*
18. *ROCHE*
19. *BERGER + EINEM*
20. *SCHLÜTER*
21. *VAN LANCKER*
22. *DUHAMEL + 8 CONVENTIONNELS*
23. *HEATHCOAT-AMORY*
24. *TAJANI*
25. *DUFF + 18 CONVENTIONNELS*

26. *VOGGENHUBER + 2 CONVENTIONNELS*

27. *FISCHER*

28. *DE VRIES*

29. *TIILIKAINEN + 5 CONVENTIONNELS*

30. *HAIN + TOMLINSON*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 18, PARTIE II.

1. *KIRKHOPE*
2. *EARL OF STOCKTON*
3. *FARNLEITNER*
4. *WUERMELING*
5. *MICHEL + 5 CONVENTIONNELS*
6. *ROCHE*
7. *SCHLÜTER*
8. *CHABERT + 5 CONVENTIONNELS*
9. *HEATCOAT-AMORY*
10. *TAJANI*
11. *DUFF + 19 CONVENTIONNELS*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 19, PARTIE II.

1. *KIRKHOPE*
2. *KVIST*
3. *ROCHE*
4. *LOPES ET LOBO ANTUNES*
5. *QUEIRÓ*
6. *SCHLÜTER*
7. *DE VRIES ET DE BRUIJN*
8. *TAJANI*
9. *HAIN*
10. *FARNLEITNER*
11. *DE VILLEPIN*
12. *MICHEL + 5 CONVENTIONNELS*
13. *KAUFMANN*
14. *HEATHCOAT-AMORY*
15. *TEUFEL*
16. *HJELM-WALLÉN ET LEKBERG*
17. *WUERMELING*
18. *FISCHER*
19. *BROK + 36 CONVENTIONNELS*
20. *FOGLER*
21. *FINI*
22. *MUSCARDINI*
23. *WUERMELING*
24. *KOHOUT*
25. *BERGER ET EINEM*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 20, PARTIE II.

1. HAIN
2. DE VRIES ET DE BRUIJN
3. ROCHE
4. SCHLÜTER
5. QUEIRÓ
6. WUERMELING
7. HJELM-WALLÉN + 4 CONVENTIONNELS
8. KIRKHOPE
9. FARNLEITNER
10. TAJANI
11. HEATHCOAT-AMORY
12. MUSCARDINI
13. FAYOT
14. HAENEL ET ATHANASIU
15. COSTA ET D'OLIVEIRA
16. DUFF + 19 CONVENTIONNELS
17. FLOCH
18. LEQUILLER
19. MICHEL + 5 CONVENTIONNELS
20. KAUFMANN
21. BROK + 32 CONVENTIONNELS
22. DE VILLEPIN
23. VOGGENHUBBER + 1 CONVENTIONNELS
24. TEUFEL
25. MEYER
26. FISCHER
27. WUERMELING
28. FOGLER
29. DUHAMEL + 9 CONVENTIONNELS
30. BORRELL + 2 CONVENTIONNELS
31. VASTAGH
32. LOPES ET LOBO ANTUNES

33. *BADINTER*

34. *KOHOUT*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 21, PARTIE II.

1. *KIRKHOPE*
2. *VASSILIOU*
3. *MUSCARDINI*
4. *FARNLEITNER*
5. *DE VILLEPIN*
6. *SANTER + 3 CONVENTIONNELS*
7. *MICHEL + 5 CONVENTIONNELS*
8. *VASTAGH*
9. *LOPES + LOBO ANTUNES*
10. *TEUFEL*
11. *KAUFMANN*
12. *DUHAMEL + 10 CONVENTIONNELS*
13. *ROCHE*
14. *QUEIRO*
15. *TIMMERMANS + 3 CONVENTIONNELS*
16. *HJELM-WALLEN + 4 CONVENTIONNELS*
17. *HEATCOAT-AMORY*
18. *DUFF + 16 CONVENTIONNELS*
19. *VOGGENHUBER + 2 CONVENTIONNELS*
20. *FISCHER*
21. *DE VRIES + DE BRUIJN*
22. *TIILIKAINEN + 5 CONVENTIONNELS*
23. *BORRELL + 2 CONVENTIONNELS*
24. *HAIN + TOMLINSON*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 22, PARTIE II.

1. *WUERMELING*
2. *KIRKHOPE*
3. *DE VILLEPIN*
4. *HAENEL + 2 CONVENTIONNELS*
5. *SANTER + 3 CONVENTIONNELS*
6. *FARNLEITNER*
7. *MICHEL + 5 CONVENTIONNELS*
8. *AZEVEDO + PEREIRA*
9. *FINI*
10. *COSTA + D'OLIVEIRA MARTINS*
11. *EARL OF STOCKTON*
12. *LOPES + LOBO ANTUNES*
13. *BROK + 32 CONVENTIONNELS*
14. *TEUFEL*
15. *KAUFMANN*
16. *ROCHE*
17. *BERGER + EINEM*
18. *QUEIRO*
19. *CHABERT + 5 CONVENTIONNELS*
20. *WITTBRODT + FOGLER*
21. *HJELM-WALLEN + 5 CONVENTIONNELS*
22. *HEATCOAT-AMORY*
23. *DUFF + 19 CONVENTIONNELS*

24. *DE VRIES + DE BRUIJN*

25. *FISCHER*

26. *VOGGENHUBER + 2 CONVENTIONNELS*

27. *TIILIKAINEN + 5 CONVENTIONNELS*

28. *HAIN + TOMLINSON*

LISTE DES AMENDEMENTS A L'ARTICLE 23, PARTIE II.

1. *FINI*
2. *BORRELL + 2 CONVENTIONNELS*
3. *VASTAGH*
4. *SANTER + 3 CONVENTIONNELS*
5. *STOCKTON*
6. *MICHEL + 5 CONVENTIONNELS*
7. *KIRKHOPE*
8. *FARNLEITNER*
9. *TEUFEL*
10. *KAUFMANN*
11. *DUHAMEL + 9 CONVENTIONNELS*
12. *HEATCOAT-AMORY*
13. *DUFF + 17 CONVENTIONNELS*
14. *FISCHER*
15. *DE VRIES + DE BRUIJN*
16. *MUSCARDINI*
17. *HAIN + TOMLINSON*